

048ª SESSÃO ORDINÁRIA – 02JUN2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Guilherme Socias Villela, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 2 a 3 de junho de 2014.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje tratará da apresentação da instituição Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul (ACM-RS). A Sra. Roseni de Oliveira Leal, Presidente, representando a Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul (ACM-RS), está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. ROSENI DE OLIVEIRA LEAL: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, demais autoridades presentes, senhoras e senhores voluntários e profissionais da ACM do Rio Grande do Sul, seleta plateia; queremos usar este espaço para dividir um pouco da trajetória de nossa instituição que, nesta semana, mais precisamente no próximo dia 6 de junho, comemora, em mais de cinco continentes, a criação da Associação Cristã de Moços e o Dia do Acemista.

Há 170 anos, em meio a uma turbulência de incertezas macerais e espirituais que sobrecarregavam, especialmente, os jovens na Inglaterra, por consequência da transição socioeconômica que ali se processava, com início da revolução industrial, um jovem camponês, George Williams, com apenas 24 anos de idade, iluminado pelo sentimento de solidariedade e fraternidade, reuniu 12 amigos e fundou a Associação Cristã de Moços. Era o dia 6 de junho de 1844, e começava a nascer um movimento fundamentado nos princípios cristãos, banindo preconceitos de raça, credo, ideologias, as mais diferentes. O mundo compreendeu a proposta e a adotou.

Hoje, a ACM está presente em mais de 119 países, oferecendo a oportunidade para o desenvolvimento e a promoção das pessoas sob os aspectos espiritual, moral, físico e social, sendo uma instituição que se propõe a difundir os ensinamentos cristãos, embasados no tripé alma, corpo e mente. Procura conduzir os jovens, em particular, e a todos os demais associados, mostrando-lhes a estrada da fraternidade, da compreensão e da filantropia entre os seres humanos.

No Rio Grande do Sul, a ACM iniciou as suas atividades em 26 de novembro de 1901 e completará, em 2014, 113 anos de serviço em solo gaúcho, buscando o desenvolvimento das comunidades em que está inserida com a atenção voltada para o esporte, educação e desenvolvimento social.

A ACM, em busca do ideal para o qual foi criada, graças à persistência e ao idealismo do grupo de voluntários denominados de associados básicos, sempre bem assessorados pelo grupo de secretários executivos coordenados pelo secretário-geral, hoje desfruta do prazer de bem orientar mais uma dúzia de unidades espalhadas por vários Municípios deste Estado, ensinando, preparando e administrando.

Em Porto Alegre, a ACM/RS realiza o seu trabalho junto às comunidades de Restinga, Morro Santana, Cruzeiro do Sul e Centro, divulgando a prática de esportes e atividades físicas, oportunizando o atendimento em contraturno escolar e educação. Ancorado pela Lei nº 8.205, datada de 16 de setembro de 1998, o projeto de autoria do Ver. Reginaldo Pujol recebeu a sanção do então Prefeito Raul Ponto, que oficializou a data 6 de junho como Dia do Acemista, que passou a fazer parte do calendário de eventos da municipalidade. Que essa data, que traz o reconhecimento do Poder Público ao nosso trabalho, fortaleça a nossa união para que não seja monolítica, mas evolutiva pelo fortalecimento do compromisso que temos pela justiça, pela consolidação da paz, da promoção da vida e pela construção de uma comunidade mais solidária e fraterna. Convido todos, neste momento, a assistirem um vídeo intitulado: "Você pensa que conhece a ACM".

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. ROSENI DE OLIVEIRA LEAL: A Associação Cristã de Moços, agradece mais uma vez, a esta Casa, na pessoa de seu Presidente, Ver. Professor Garcia, pela

oportunidade que nós é dada para participarmos desta Tribuna Popular, divulgando o trabalho realizado por nossa instituição e pelas nossas irmãs ao redor do mundo.

Rogamos a Deus que nos ilumine na continuidade desta obra, abrigando sempre os princípios cristãos, conduzindo-nos à prática das relações humanas, e do aperfeiçoamento espiritual e intelectual de uma juventude sadia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convidamos a Sra. Roseni de Oliveira Leal a fazer parte da Mesa. Registro a presença do Sr. José Ricardo Caporal, Secretário-Geral; da Sra. Maria Inês Ribeiro Schultz, Diretora, do Sr. Leopoldo Radavelli, responsável pela área de Educação; do Sr. Áureo Peretti, responsável pela área de Esportes; do Sr. Marco Antônio, responsável pela área de Relações Institucionais. Sintam-se todos contemplados na presença da nossa Presidente.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Roseli, falo em nome da Bancada do PDT – em meu nome, do Ver. Delegado Cleiton, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Nereu D’Avila e Dr. Thiago. Todos nós, com certeza, somos ligados à educação. Venho mais para fazer esta homenagem, bem como a um ex-colega - a Professora deve conhecer bem -, que trazia sempre a ACM a esta Casa, sendo que já faz tempo que estou aqui. Estou falando do Ver. Wilton Pinto de Araújo, que sempre fazia esta homenagem, sempre mostrando e demonstrando trabalho da ACM. Talvez algumas pessoas não conheçam o trabalho da ACM, mas eu, em especial, conheço desde que o Wilton trazia para cá. Agradeço e parabenizo a ACM pelos 170 anos, em nome da Bancada do PDT, que representa a educação nesta Casa. Vida longa, muitos e muitos anos para a ACM, e meus parabéns a vocês pelo trabalho. E, especialmente, aqui, em Porto Alegre, tenho conhecimento de causa, conheço bastante a sede da ACM; quero dizer que esta Casa está à disposição de vocês, sempre aberta, e, em especial, o gabinete do Ver. Mario Fraga. Meus parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. O Ver. Kevin Krieger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero cumprimentar a Presidente Roseni de Oliveira Leal e toda a sua direção, em especial o meu amigo Caporal, que é um grande parceiro nas lutas da assistência social na Cidade, com quem eu tive o prazer de presidir a fundação e tratar diretamente com essa instituição, uma das melhores, sem dúvida nenhuma, de Porto Alegre e que atende, em parceria, em torno de 500 crianças e adolescentes no turno inverso escolar, através do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

E me lembro bem, Ver. Presidente Garcia, que quando tivemos toda a mudança da Vila Chocolateiro - era aqui do lado da Câmara de Vereadores - para a região Leste, nós tivemos a abertura da ACM para receber as nossas crianças e adolescentes da Vila Chocolateiro, que hoje, são muito bem atendidos no Morro Santana, como na Vila Cruzeiro e na Restinga.

Então, em nome do Partido Progressista, do Ver. Nedel, do Ver. Villela, da Ver.^a Mônica e em meu nome, os nossos parabéns e vida muito longa à ACM no mundo e, principalmente, na nossa Cidade, em Porto Alegre, que já completa 113 anos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sra. Roseni Leal, queremos cumprimentá-la em nome da Bancada do PMDB, formada pelo nosso Líder, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Professor Garcia, por esse trabalho aos jovens que tanto precisam de apoio - uma geração que está aí e que precisa de atenção; que se propiciem propostas para que se decidam num futuro melhor. Nós queremos cumprimentá-la mais uma vez por vir aqui trazer ao nosso conhecimento o trabalho de vocês, conhecido por longos anos. E também falo em nome do Ver. Bernardino Vendruscolo, do PROS. Nossos cumprimentos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Obrigado, Sr. Presidente, ao cumprimentar a Roseni, cumprimento toda a equipe da ACM que a acompanha e todos os outros que aqui não estão, que estão espalhados pelo Rio Grande do Sul, pelo Brasil e pelo mundo. E dizer que, em nome da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, que sempre tem acompanhado o trabalho de vocês e defendido conceitualmente o espírito que vocês trabalham, que é a constituição de uma sociedade de paz. Essa é uma tarefa universal, é uma tarefa de todos nós. E nós sabemos o quanto é difícil, principalmente lutar contra as desigualdades, contra a intolerância e contra um conjunto de outros princípios, com os quais não concordamos e não acordamos. Bom, diante disso, neste momento, o Brasil recebe o maior evento mundial da área esportiva, que é a Copa do Mundo. Certamente, a ACM que trabalha, no dia a dia, também, pela valorização das crianças e do esporte, e precisamos transformar, ainda, todo o potencial que tem num legado de afirmação. Como a senhora disse, um dos temas do encontro é: um gigante que desperta - e o Brasil é um desses que muito têm contribuído. E a ACM trabalha, com certeza, na afirmação deste Brasil e numa sociedade de paz mundial. Um grande abraço, e conte conosco!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, também nos associamos aos cumprimentos à Sra. Roseni, que aqui está, apresentando a ACM, uma Associação que, na verdade, é muito conhecida por todos nós. Roseni, quando eu vi, na Tribuna Popular de hoje, a ACM, me recordei de quando, ainda muito jovem, há muitos anos, eu me aventurava a palestrar em salas de aula. Recebi um convite de uma aluna da ACM para dar uma palestra, e fui, ainda muito menino – a primeira palestra que ministrei foi na ACM –, e isso me marcou muito, na ocasião. A ACM, que está presente em cinco continentes, tem, como escopo fundamental, uma organização cristã, com trabalho voluntário, um movimento juvenil; é uma organização internacional que desenvolve, junto aos seus associados, um trabalho

que é uma característica sua: a ACM é uma fraternidade e educa para a cidadania responsável. O trabalho que tem desenvolvido, também, principalmente em pequenos grupos, que nos chama muito a atenção, sendo a precursora na introdução de vários esportes no País, quando, em 26 de novembro de 1901, aqui, no Rio Grande do Sul, teve o seu início, dando início à história ACM no nosso Estado. Nós, da Bancada do PTB – Ver. Cassio Trogildo, Ver. Alceu Brasinha, Ver. Paulo Brum –, queremos nos associar à homenagem, ao trabalho, e nos colocar à disposição da ACM no que diz respeito ao trabalho que vem desenvolvendo. Mais uma vez, parabéns pelo excelente trabalho! Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Cumprimento a Presidente Roseni pelo trabalho – parabéns! Eu conheço a ACM há muitos anos; foi parceira quando eu trabalhava com as escolinhas de futebol, com as crianças carentes, nas vilas – tive muita ajuda de vocês! O trabalho que vocês também fazem junto com o Dunga, com o Paulo César Tinga, é um trabalho maravilhoso. Eu fico muito contente com isso porque essa é a minha bandeira, é a bandeira da inclusão da criança, do jovem, do adolescente. Esse trabalho que vocês fazem é um trabalho voltado para isso, olhando para o futuro na formação dessa criança, desse jovem, como cidadão. Então, eu quero aqui dizer que, em nome do PSB, tem o nosso apoio. Parabéns por esse lindo e magnífico trabalho humano que vocês fazem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sra. Roseni, em seu nome, eu apresento, tanto de minha parte, Jussara Cony membro da Bancada do PCdoB, quanto de parte do Ver. João Derly, que é um jovem, nosso líder e Presidente da Comissão de Educação desta Câmara

Municipal. E me honra o Ver. Cláudio Janta quando me pede que fale também em seu nome, pelo partido Solidariedade. Então, estou aqui para dizer que a história da ACM é uma história que dignifica os lugares do mundo onde ela está presente, porque ela trabalha no presente com aquilo que é o nosso presente, a juventude, para a construção de um futuro melhor para todos.

Mas sempre é bom recebê-los na Câmara Municipal de Porto Alegre, porque é uma forma também, é um espaço democrático, um espaço de divulgação desse trabalho que vocês fazem e que está em consonância...Eu estava com dois assessores, quando o repórter aqui da Câmara tentava me entrevistar sobre um projeto importante que está na Ordem do Dia, o Programa de Metas – Prometa... Aliás, nem é meu; eu desarquivei, é de origem do ex-Vereador e hoje, Vice-Prefeito, Sebastião Melo. É um projeto importante para que o controle social possa ver e dar também a dinâmica nos projetos que são apresentados nos momentos das campanhas eleitorais e que depois, necessariamente, têm que ser cumpridos. Mas, ao mesmo tempo, eu estava lhe observando e tentando ver um pouco do vídeo que mostra os focos principais: o foco do esporte, o foco da juventude, o foco da educação. Eu como profissional de saúde posso lhe dizer que tudo isto anda junto, exatamente no momento que nós vamos aqui receber a Copa do Mundo, na busca de uma sociedade de igualdade, de desenvolvimento e de paz - eu digo estas três palavras porque foram palavras ditas ao mundo inteiro na IV Conferência Mundial das Mulheres, e a senhora é uma mulher, e as mulheres sempre estão na linha de frente de lutas como esta de transformação. E as mulheres do mundo, disseram - porque nós estávamos lá, eu estava acompanhada de tantas outras mulheres, inclusive da Emília Fernandes, nossa primeira Ministra das mulheres no Brasil – e nós dissemos: “Queremos um mundo de igualdade, de desenvolvimento e de paz”. Estas três palavras, no meu entendimento, no nosso entendimento, dizem muito do que a ACM representa no Brasil e no mundo. Parabéns e contem sempre conosco, é um prazer tê-la aqui.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mais uma vez quero agradecer a presença à Presidenta Roseni e, por extensão, ao Leopoldo, ao Marco, ao Caporal, à Inês e ao Áureo. Quero dizer, Roseni, da minha alegria dupla – nestes momentos a gente tem que sempre ressaltar –, de ter tido a felicidade de estudarmos três anos juntos na faculdade.

Eu conheço a tua história, sei que desde aquela época tu sempre foste acemista. E também faço uma ressalva: a Presidência da ACM é uma função não remunerada, é importante dizer isso, é um trabalho de doação, de coração. Mais uma vez, em nome da Casa, quero dizer da alegria dos 36 Vereadores em recebê-los aqui. A ACM faz parte do nosso contexto do dia a dia, mas sempre é bom, a cada ano, ressaltar, enfatizar aquilo que vocês fazem pelos milhares de jovens do nosso Estado e milhões de pessoas no mundo. Muito obrigado, sintam-se em Casa.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h47min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (14h49min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, agradeço a cedência deste tempo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nós estamos em uma reta importante da economia. Uma pena que a economia brasileira, com o efeito do “PIBinho”, esteja muito retraída; os investimentos já não são notados com tanto entusiasmo; as empresas estão se precavendo e o que se teme é que, além de não estarem contratando, elas comecem a pensar em diminuir os seus quadros de funcionários. Eu tenho a certeza de que, se depender do empresariado, a economia não vai e nem pode parar. No Rio Grande do Sul - apesar dos governos ou sem eles -, nós tivemos quatro anos de supersafra, o que seguiu a nossa economia com um PIB elevado, graças à produção primária, graças à grande produtividade dos nossos campos, graças ao empenho dos pequenos, dos médios e dos grandes produtores rurais. O Rio Grande do Sul pôde, com essa supersafra, ter um desempenho importante na área da construção civil, do comércio e dos serviços. Nós

começamos a ver e a duvidar do quadro futuro quando vemos que a maior empresa brasileira, a Petrobras, está afundando – afundando as próprias plataformas. E caso não seja feita uma correção de rumo urgente para estancar os ralos da economia da Petrobras... Nós tiramos petróleo do fundo do oceano e largamos a produção da Petrobras nos ralos da corrupção; tiramos petróleo de alto mar e largamos o que se vende do petróleo no bolso de alguns corruptos que estão por aí.

Mas temos alguma coisa, Ver. Tarciso, em que nós começamos a ter esperança. Estão-se formando as chapas para a sucessão e para a corrida ao Piratini; estão-se formando as chapas de governador, vice-governador, senador, de todos os partidos, cada um fazendo a sua aliança – aliança de pessoas, algumas alianças de ideias, outras de competência, todas eu respeito. Cada um saberá defender aquilo por que estiver unindo forças.

Eu peço licença para falar da aliança que o meu Partido, o PMDB, está fazendo, no Rio Grande do Sul, com o PSD, o Cairolí de Vice, meu amigo, importante empresário, acompanhará o nosso Sartori, ex-prefeito de Caxias do Sul; e, para Senador, Beto Albuquerque. Acho importante a formação de uma chapa plural, com acompanhamento de outros partidos, como o PPS, outros partidos menores que estão se aliando a essa chapa. E, segundo o candidato a Governador Sartori, será uma disputa por ideias de uma boa gestão, sem falsas promessas, sem falsas ilusões. E achei importante o que disse o Sartori: “E sem ficar atirando pedra nos outros”. Acho que começamos bem e quiçá a gente tenha uma campanha política baseada em propostas, em ideias e voltadas para o futuro. No passado, só as contas a pagar – e são muitas –, o Rio Grande deve muito, não pelo seu povo, mas por uma série de acontecimentos e por uma série de achaques da União, que vêm de vários governos, pagando juros de agiota para o Governo Federal. O Rio Grande, na economia privada, está muito bem, mas temos uma coisa que fizemos pelo Brasil, as grandes safras do Rio Grande, aqueles saldos positivos do dinheiro que os produtores rurais ganham aqui, até por falta de expansão da fronteira agrícola, os produtores do Rio Grande estão aplicando fora do Estado. Estão aplicando no Mato Grosso, em Rondônia, estão aplicando esses rendimentos das supersafras fora do Rio Grande do Sul, mas investindo no Brasil.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero dizer, como membro do PSD, do orgulho e da alegria de estarmos juntos nessa aliança com o PMDB, com o pré-candidato a Governador Sartori. Eu tenho andado muito na Serra Gaúcha, tenho participado com o Consulado do Grêmio e tenho visto uma fala só sobre o Prefeito de Caxias Sartori: são só elogios e o que tu acabaste de falar agora. O que me deixa contente não é falar do que os outros fizeram de errado, é falar o que nós podemos fazer de bom para este País. Isso me deixa muito contente e muito orgulhoso em lutar por essa bandeira. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Nós também estamos orgulhosos com essa aliança.

A Sra. Any Ortiz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero elogiá-lo, Ver. Cecchim, pelas suas palavras. Eu o estava ouvindo atentamente. É essa a forma que temos que buscar, agora, para pensar, e é uma alegria muito grande – falo aqui em nome de todo o PPS – poder fazer parte desta composição e poder discutir as questões do Estado junto com estas pessoas. Eu o apoio, com certeza, e quero parabenizá-lo pela maneira como está colocando isso, com muita tranquilidade, de uma forma muito esclarecida nesta oportunidade de hoje. Obrigada.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver.^a Any Ortiz, que faz parte desta aliança. É importante a participação da Vereadora, do Ver. Tarciso, da Ver.^a Lourdes. Todos estão na disputa por esta aliança. Temos no plenário vários Vereadores candidatos, como o Ver. Aírto Ferronato. Ver. Garcia, temos uma grande chapa, para fazer uma grande disputa: o Ver. Kevin Krieger é Líder do PP e é candidato; o Ver. Nagelstein, também, e é candidato a deputado estadual.

Esta aliança tem tudo para ser uma grande aliança e para chegarmos ao segundo turno e, aí sim, juntarmos as boas ideias para fazermos um grande Governo lá na frente.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço e quero cumprimentá-lo pela manifestação, dizendo que estamos juntos. Na verdade, neste processo democrático de eleição, essas diferentes composições auxiliam na avaliação e participação nas escolhas dos próprios cidadãos e cidadãs gaúchos. Nós

compreendemos, assim como V. Exa., a importância da nossa composição para a futura eleição, quando teremos nomes de peso, reconhecidos na sociedade gaúcha, como o nosso Governador do Estado, o amigo José Ivo Sartori, o nosso amigo Senador Beto Albuquerque e o nosso Cairoli, como Vice-Governador. Vamos concorrer com uma grande possibilidade de vitória. Um abraço. Obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Ferronato. Acho importante que, nesta Câmara de Vereadores de Porto Alegre, tenhamos tantos bons candidatos para deputado, tanto estadual quanto federal. Tenho certeza de que Porto Alegre vai dar uma grande contribuição. Temos aqui Vereadores candidatos de todos os partidos e de todas as chapas que estão se formando. Eu, como não sou candidato, vou ficar na torcida para que todos vocês, colegas Vereadores, façam uma grande campanha, consigam os seus objetivos de eleição e que possamos, todos, lá no final da eleição, continuar com os nossos ideais, com as nossas maneiras e manias de fazer o bem. Companheiros Vereadores de todos os partidos e de todas as chapas, a mensagem que quero deixar neste dia é que todos saiam à luta e tenham muito sucesso, com muita paz e muito amor durante toda essa campanha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Registro a presença do Ivo Fortes Santos, grande líder comunitário, ativista da região da Glória. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu falo aqui em nome da liderança do Governo, neste momento, quando estamos na condução de propostas de reajustes para os nossos servidores públicos, essencialmente os servidores públicos do Município de Porto Alegre, ali no Executivo. E nós tivemos, aqui na Câmara, a formação de uma Frente Parlamentar capitaneada pela Ver.^a Jussara Cony, onde houve uma expressiva e forte participação, além da Ver.^a Jussara Cony, da Ver.^a Fernanda Melchionna, da Ver.^a Sofia Cavedon e deste Vereador. Tivemos alguns encontros, e eu enquanto Líder do Governo, mas não

participando da Frente, nos quais encaminhamos, discutimos e chegamos a uma tarde em que se fez uma proposta do Governo Municipal, Ver. Idenir Cecchim, para os servidores. Inicialmente, numa reunião que conseguimos com o Prefeito, às 18h, e no dia seguinte, quando participaram também o Simpa e alguns Vereadores que citei e com o nosso Sindicato, já com o Vice-Prefeito Melo. E o Prefeito Fortunati encaminha uma posição, uma proposta, com um esforço monumental de cortes de gastos em áreas sensíveis - inclusive, da sociedade, essencialmente na área de serviços - para conseguir propor um reajuste ao servidor público de 6,28%. Trata-se de uma proposta que, inicialmente, no nosso entendimento, é partida de um esforço muito grande do Executivo. Eu não me canso de conversar sobre a questão das finanças públicas municipais, área em que sou especializado. Mas há uma série de medidas que acontece e que vem acontecendo em torno de atuações do Governo Federal - sem críticas -, mas os encaminhamentos do Governo Federal, essencialmente do IPI, reduziram significativamente as finanças municipais no País inteiro. Agora, com a movimentação, a baixa projeção do reajuste e o baixo crescimento da economia, sofrem os Municípios pela redução dos setores econômicos, com isso reduz o Imposto de Renda, reduzindo ainda mais os recursos do Município. Portanto, esses 6,28% tratam-se de uma proposta, Ver. Cecchim, que praticamente nenhuma Capital do País conseguiu encaminhar nesse patamar. Entendemos que é uma proposta interessante e esperamos que o nosso servidor do Município de Porto Alegre compreenda o esforço que o Município e o Governo fazem para a apresentação desse percentual de reajuste. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu inicio me reportando um pouco ao que o Líder do Governo, em Comunicação de Líder, nosso colega Ver. Airto Ferronato, fez em determinado momento no seu pronunciamento, referência a minha pessoa e a outros Vereadores e Vereadoras, sob o ponto de vista da Frente Parlamentar, que tenho a honra de estar presidindo no momento, em defesa do serviço público e dos servidores públicos. Agradeço ao Ver. Ferronato essa referência e

também me refiro ao Vereador como alguém que nos tem acompanhado em todos os momentos no processo da abertura do diálogo dos trabalhadores, dos municipais representados pelo seu sindicato, o Simpa, com o Sr. Vice-Prefeito e, posteriormente, pela primeira vez, com o Sr. Prefeito. Trago a esta tribuna uma moção de solidariedade que já está assinada, e está aberta às assinaturas, pela nossa bancada, pelo líder Ver. João Derly, e pelas bancadas do PSOL e do PT. Subscrevem esses Vereadores uma moção de solidariedade ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre pelos motivos concretos de uma greve em defesa das justas reivindicações, que são reivindicações contidas na data-base da categoria. Uma data-base construída em várias assembleias e nós temos acompanhado esse processo, como presidente da Frente Parlamentar, e a sua luta pela valorização do trabalho do servidor e também à busca dos seus direitos trabalhistas. Nós entendemos que, há um bom tempo, o Sindicato dos Municipários tentou negociar com a Prefeitura, tentou essa audiência sem sucesso. Em relação às reivindicações da categoria, a Prefeitura ofereceu, inicialmente, apenas 2,5% do ajuste. Com essa participação que já narrei aqui, inclusive sempre acompanhada, porque sempre convidei nosso querido colega, Ver. Ferronato, que é o líder do Governo, a Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público Municipal teve o seu protagonismo ativo, como tinha que ter, uma Frente que tem a representatividade de toda esta Casa. Quero agradecer ao Ver. Cláudio Janta, ao Ver. João Derly, à Ver.^a Sofia Cavedon, à Ver.^a Fernanda Melchionna, e ao Ver. Ferronato, repito, que acompanharam esse processo. É uma Frente que teve esse papel ativo nas negociações. Negociações em que conseguimos sentar com o Prefeito Municipal e tentaram avançar na busca de uma solução de consenso, que fosse boa para o Município de Porto Alegre, eu diria assim, porque não é ser boa para o Simpa ou ser boa para o Prefeito, este consenso que estamos buscando construir é exatamente em função das nossas responsabilidades - Legislativo, Executivo e Sindicato – com o povo de Porto Alegre, para que os nossos municipais, atendidas suas justas reivindicações salariais e outras, que são reivindicações importantes, como o plano de carreira, como o plano de saúde, como uma ação a efetiva da Prefeitura contra o assédio moral que está sendo praticado. Esta Casa aprovou uma lei, uma iniciativa de nossa autoria, e já estamos com audiência marcada, e também nesta reunião onde estava o Sr. Prefeito, nós marcamos com o Vereador, nosso colega e Secretário da Administração, Elói Guimarães para que pudéssemos avançar

pág. 13

naquilo que esta Casa aprovou, que é a tipificação e a punição do assédio, com medidas concretas da gestão municipal.

Quero finalizar dizendo que naquele momento da audiência com o Prefeito, houve duas sinalizações que eu considero importantes – e a Ver.^a Fernanda também estava junto -, que é a agilização, e nós queremos essa agilização. A greve dois servidores é justa, e não é uma greve por justiça, por seus direitos trabalhistas e seus direitos de plano de saúde e plano de carreira que vai impedir a agilização consensuada, com a participação da Frente Parlamentar, com o Sr. Prefeito em relação ao Plano de Carreira e ao plano de saúde para a categoria. A greve foi aprovada numa assembleia que reuniu cerca de 2 mil trabalhadores, na quinta passada; a categoria rejeitou a oferta de reajustar os salários pela inflação, há uma grande e legítima mobilização em curso desta categoria em greve. Há também algo que precisa ser dito: não estão deixando de atender a saúde da população de Porto Alegre, os municipais têm tido sempre esse cuidado, como toda categoria profissional de serviço público, seja do Município, Estado ou União: o mínimo de atendimento, eles fazem rodízio para não deixar a população sem atendimento.

Concluo dizendo que hoje a Prefeitura formalizou a proposta de aumento com base na inflação de 6%, mas não sinalizou com as outras reivindicações, essas que falei, que tinham sido positivamente sinalizadas na reunião com o Prefeito Fortunati, que é o Plano de Carreira e o subsídio do plano de saúde com agilização. E, finalizo, dizendo que a questão do assédio, nós vamos estar observando, até como Autora de legislação aprovada por esta Casa. Par a par com a audiência com o Secretário Administração, nós vamos estar observando, diuturnamente, porque nós não entendemos que a forma mais elevada de luta de uma categoria profissional seja contra essa categoria, que luta pelos seus direitos, para atender bem o povo de Porto Alegre, seja qualquer ameaça e tentativa de assédio moral em relação aos trabalhadores municipais da cidade de Porto Alegre. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Vereadores e Vereadoras, hoje iremos votar a renovação de votação do PLCL nº 012, de 17 de abril de

2013, ou seja, há mais de um ano está nesta Casa. Um dos óbices maiores, que impede a exposição do chamado habite-se é a exigência do atual Plano Diretor, que pede que, no recuo dos jardins haja um muro fechado de apenas 60 centímetros de altura, e o restante, até atingir os dois metros permitidos seja grade ou muro vazado. Acontece que muitas empresas existem anteriormente a essa exigência do último Plano Diretor, e possuem muros fechados. Isso tem dado muito problema lá na SMURB, lá na SMOV, para liberação desses habite-se. Então, as Secretarias, tanto a SMOV, como a SMURB, solicitaram que eu fizesse esse projeto através da minha assessora, A Arquiteta Rosane Zottis, dando a permissão para algumas empresas especiais possuírem muros fechados no recuo de jardim. É uma permissão, não é uma exigência, mas é uma possibilidade para que o habite-se seja dado e acelerado. Então, são as empresas industriais de transporte de valores, de cargas, hospitais, conventos, seminários, quartéis, presídios e órgãos de segurança. Somente essas exceções para que o habite-se não seja postergado, e também as empresas não sejam obrigadas a demolir o muro para receber o habite-se.

Peço aos Srs. Vereadores que compreendam esta importante legislação que permite que as empresas que geram emprego, que geram impostos, não sejam penalizadas, porque Porto Alegre tem uma legislação extremamente restritiva e isso está impedindo que empresas venham a esta Capital para fazer os empreendimentos e gerar emprego e renda. Então, apelo aos Srs. Vereadores que venham para o Plenário, porque este projeto exige 19 votos para ser aprovado. Conto com a sensibilidade e com o desejo dos Srs. Vereadores de incentivar o desenvolvimento da nossa Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Ver. Nedel. É com prazer que registramos aqui, em nome da Mesa e com certeza em nome de todos os Vereadores, hoje, o aniversário do nosso grande campeão - 33 anos de idade, idade de Cristo -, nosso Ver. João Derly. (Palmas.)

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, nós temos a responsabilidade como partido de ajudar a governabilidade da Cidade, responsabilidade compartilhada por vários partidos da base. A pergunta que eu sempre faço, acreditando que o direito de greve é um direito legítimo, é: quem representa a sociedade? Porque nós vemos claramente que alguns partidos representam determinados segmentos. Normalmente, os sindicatos estão atrelados aos partidos da esquerda, e isso é legítimo; normalmente, partidos do espectro político da direita, e se costuma dizer ou talvez isso seja uma pecha até com o propósito de constranger e criar dificuldades, com eles estão os grandes interesses. Quem cuida dos interesses da sociedade, do cidadão mediano, daquele que é empreendedor, daquele que movimenta a máquina pública, porque é com o recolhimento dos impostos desse cidadão que se paga o salário do servidor público, Ver. Cecchim? Parece que cada vez menos se representa o interesse da sociedade como um todo e cada vez mais interesses políticos representam pequenos interesses de pequenos grupos.

Acho que a greve é um direito absolutamente legítimo, mas outro dia eu via a greve de médicos, greve disso, greve daquilo, e quando o cidadão, este que paga imposto, resolver fazer greve, o que vai acontecer? O povo foi para a rua, no ano passado, para dizer que tem péssimos serviços públicos no nosso País, para dizer que não temos saúde no nosso País, para dizer que a educação é sofrível no nosso País, para dizer que segurança inexistente no nosso País, e parece que, mais uma vez, não se ouviu o recado das ruas! Volto a dizer: greve é legítima, mas se a greve estiver condicionada à aferição de meta, a mérito, aí a greve, a partir de agora, serve para alguma coisa. Se a greve, mais uma vez, servir somente unilateralmente para atender a um legítimo interesse, o de melhorar o seu salário, mas não tiver contrapartida com o interesse da sociedade, mais uma vez, a greve está errada, quanto mais neste momento, porque errada e inoportuna, por mais sagrados que sejam os direitos dos trabalhadores a terem as suas expectativas atendidas.

Mas volto, de novo, Ver. Cecchim: e o interesse da sociedade, do cidadão? Ver. Derly, e o interesse daquele que está lá no fundo da vila e que precisa ir a um posto de saúde e o posto de saúde está fechado? O atendimento está precarizado, Ver.^a Cony.

A Prefeitura hoje parou. São 24 mil servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E aí foi PT, foi PMDB, hoje é PDT. Nós queremos estabelecer a tal da transversalidade; na prática, não conseguimos fazer. Esse negócio do assédio moral que se criou de um tempo para cá é uma cortina, uma espécie de biombo; tudo pode ser colocado atrás do tal

assédio moral. Ver. Cecchim, se na sua empresa alguém não trabalhar, o senhor vai lá, dá uma chamada no cidadão, ele é obrigado a trabalhar, senão ele tem que dar lugar a outro que queira trabalhar. Nós construímos uma Constituição Federal em 1988, na ressaca da ditadura. Melhor que tivesse sido construída dez anos depois, porque ela tornou o Poder Público, hoje, infelizmente, tão liberalizante, que hoje em dia se um cidadão resolve simplesmente não trabalhar, não trabalha, e não se tem mais o que fazer, tem que colocar ele lá num canto, e a sociedade vai continuar pagando aquele imposto.

Então eu vou perguntar de novo e mais uma vez, em tempo de Liderança do meu Partido: quem defende o interesse da sociedade? Para que a política existe se não é para defender o interesse da sociedade e não de grupos, e não de segmentos, e não de setores, mas da média da sociedade brasileira? E essa pergunta é que está sem resposta. E eu rogo, Sr. Presidente, que essa pergunta seja respondida neste ano de 2014, que não é o ano da Copa, porque a verdadeira Copa, não se enganem, em 2014, está no dia 05 de outubro, é no dia 5 que as pessoas vão acordar para essas questões que, muitas vezes, falam a interesses menores e não a interesses maiores. E eu espero que a população brasileira saiba dizer um rotundo “não” a esse tipo de política que se traveste de interesse social, mas que, na verdade, não faz o interesse social, faz advocacia de clientela, advoga para seus pequenos grupos. Está aí o exemplo do que aconteceu na Grécia, o exemplo do que aconteceu na Espanha, o exemplo do que está acontecendo na Europa, a derrocada, porque há um limite nas generosas “tetras” do Poder Público, ele não consegue, para sempre, suportar esses interesses, e a sociedade uma hora há de acordar, e uma hora há de ver que muitas pessoas que ocupam tribunas iludem a boa-fé do cidadão; na verdade, fazem política de interesse para pequenos grupos e não pensam no interesse maior, que é o interesse da sociedade, é o interesse do contribuinte, é o interesse daquele que paga imposto e quer ver, em contrapartida, um serviço público de excelência! Quer chegar numa repartição e ser tratado com dignidade, e não como se tivesse o servidor fazendo um favor para ele, porque não está, o servidor está lá porque alguém paga imposto!

E essas pessoas que são, no mais das vezes, classe média, que são os grandes contribuintes, estão desassistidas de representação no nosso País, ainda não acordaram para a consciência que devem ter! Mas eu espero que, desde o ano passado, estejam acordando! Não é, Sr. Presidente, um discurso messiânico da extrema esquerda. Não é

um discurso conservador da manutenção de poderes e de *status quo* que, hoje, por exemplo, serviu ao PT, simplesmente, para alimentar uma máquina corrupta, uma burocracia corrupta, que domina e que atrai os fisiológicos de alguns Partidos, inclusive, do meu! Não é isso! Eu espero que a sociedade, Sr. Presidente, acorde, porque este é o ano em que nós temos que acordar! E o acordar do brasileiro não é agora com a Copa; o acordar do brasileiro precisa ser no dia 05 de outubro, para o bem do futuro do nosso País! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereador. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Meus caros colegas, muito boa tarde a todas, a todos, desejando uma ótima semana de trabalho aqui. Antes de entrar no assunto que venho trazer, em nome da minha Bancada, quero dizer que acho que a fala do Ver. Bolsonaro, desculpa, do Ver. Valter Nagelstein, é importante, Ver. Pedro Ruas. É uma fala que nos faz refletir muito porque tem longa tradição na história brasileira, não é de hoje, não é uma fala recente trazida pelo Ver. Nagelstein, é uma fala que tem muita tradição e força na política brasileira, e apoio social, é importante dizer. Mas de que setores? Dos setores que, ao longo da história, sempre se mobilizaram para impedir a conquista dos trabalhadores do Brasil, sejam os trabalhadores da iniciativa privada – que, aliás, é importante lembrar que eu não sei de qual o período histórico o Ver. Nagelstein tem saudade, se é do período da ditadura, no qual os trabalhadores brasileiros perderam, em 15 anos, 50% do valor do salário mínimo, ou do período do Fernando Henrique Cardoso, quando o salário mínimo foi desvalorizado em mais 20% do seu valor, ou do período dos dez anos do Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Apesar de o Ver. Valter Nagelstein ser do PMDB, parece que está no Partido errado, Ver. Cecchim, acho que ele deveria estar um pouco mais à direita, lá com o Onix Lorenzoni ou com o Jair Bolsonaro. Dos dez anos que o Fernando Henrique ficou sem dar aumento para os servidores federais. Aliás, eu não sei se ele já fez alguma fala contra isso.

Eu não sei, também, se ele fez alguma fala contra o PPV da Brigada Militar, do Governo Brito, para diminuir o tamanho do Estado, mandando mais de mil brigadianos para casa,

pagando os brigadianos para que pedissem demissão. Esse é o projeto que o Ver. Nagelstein defende.

E eles têm que se decidir, aliás, quem vai fazer oposição ao Governo Tarso tem que se decidir se vai defender um melhor serviço público ou vai criticar o Governo Tarso, porque está gastando muito. Existe uma contradição por trás desse discurso.

O que está sendo criticado é que o Governador Tarso Genro, exatamente, deu um aumento de mais de 170% para os soldados da Brigada Militar. É isso que os deixa incomodados. É isso o que eles chamam de estado inchado, estado pesado.

Sempre existem aqueles que passam do limite, mas eu jamais vou ser daqueles que defendem o uso da força policial para resolver problemas sociais e problemas trabalhistas.

Aliás, tem um discurso muito bem montado este ano, Ver. Sgarbossa, do Senador Aécio Neves - vou fazer propaganda para ele, mas é para mostrar o seu discurso –, que diz: “O Brasil não cresce porque tem muito direito trabalhista. O problema do Brasil é que ele tem muito gasto com o social, como o Bolsa Família. É muito pesado, tem que acabar com os direitos sociais. O problema do Brasil é a classe política, que é toda corrupta.” Esse é o trabalho que a imprensa faz por trás para apoiar. E, por fim, o discurso defende a criminalização, o aumento de penas e o aumento do número de presos no nosso País.

Esta é a receita neoliberal: abaixo os direitos trabalhistas, abaixo os direitos sociais e a criminalização da massa da juventude pobre que tem que ir para dentro da cadeia.

É isso o que este senhor, aqui, que acabou de falar, defende. Só que ele fala com outras palavras, mais bonitas, melhor articuladas, mas, por trás, esse é o projeto defendido pelo neoliberalismo, que se apresenta no Brasil com muita força, com o apoio daqueles segmentos da mídia, que todos nós já conhecemos o passado e os compromissos que eles têm.

Mas, por fim, enquanto alguns acabam dando uma de caranguejo ou de avestruz, eu quero convidar a todos para, na sexta-feira, irem na inauguração do Hospital da Restinga. Eu sou de um Partido de oposição ao Governo Municipal, e todas as vezes que tive alguma necessidade, trouxe a crítica ao Sr. Prefeito. Mas aqui está uma iniciativa de Estado, acima de Partidos, resultado do País que, hoje, nós temos. Faço questão de nominar o Ver. Comassetto pela sua luta histórica pelo Hospital da Restinga, na Zona Sul, que será cem por cento SUS e que terá cem por cento dos seus trabalhadores, de todas

as áreas, preferencialmente, vindos da Restinga. E eu saúdo a direção do Hospital Moinhos, inclusive, por essa parceria, porque esse é o modelo novo de gestão, moderno, onde o Estado não abre mão dos seus compromissos, mas também não tem medo de fazer parcerias. E a direção do hospital assumiu o compromisso de que o Hospital da Restinga terá a mesma qualidade do atendimento que tem o Moinhos de Vento. É este o País que a gente quer! Só isto: que o hospital público da Restinga tenha a mesma qualidade do Hospital Moinhos de Vento.

O que acaba fazendo com que alguns fiquem tão irritados é o fato de que, na sexta-feira, a Presidente Dilma, que vai custear 50%, o Governador Tarso Genro, que vai custear 25%, e o Prefeito Fortunati, vão inaugurar esse hospital, que passará a atender mil pessoas por dia e terá 121 leitos – 47 deles de apoio pós-operatório. Seja bem-vindos, Hospital da Restinga e este novo Brasil, que vêm nascendo a cada dia, mesmo que alguns não queiram ver, ou que vejam e não gostem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Ver. Alberto. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton, eu queria também falar sobre a greve dos municipais e sobre a postura intransigente do Governo Fortunati, que é o verdadeiro responsável pela greve que, hoje, existe no Município de Porto Alegre, mas não sem antes registrar o meu repúdio veemente ao desrespeito com que a categoria foi tratada pelo Ver. Valter Nagelstein, que está aqui nessa tribuna, porque a maior contrapartida que os municipais dão para a cidade de Porto Alegre é a existência e a efetivação dos serviços públicos nas escolas, na nossa Cidade, nos postos de saúde. E todo mundo que consulta no Pronto Socorro sabe que tem um município da saúde que atende em um hospital com condições precárias, que está há anos sendo reformado, e os trabalhadores atendendo em condições verdadeiramente insalubres, com perigo de cair materiais na cabeça, porque têm paredes, teto aberto, ratos circulando no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, falta de materiais, falta de funcionários no Hospital Presidente Vargas, municipais e municipais atendendo no Postão da Cruzeiro, na Bom Jesus, no DMAE, na SMOV, na FASC. Ou seja, em toda a rede de

assistência, quem garante a efetivação de serviços públicos são justamente esses trabalhadores, esses trabalhadores que têm sido arrojados pelas perdas salariais, com a retirada da bimestralidade que foi feita pelo Governo Fogaça e a não reposição da inflação ao longo dos anos. São trabalhadores que são massacrados pelo assédio moral, cotidiano, em várias Secretarias Municipais; trabalhadores que tinham, até sexta-feira, durante a assembleia, uma proposta de 2,5% de aumento, metade da inflação! É muita cara de pau, numa Cidade que separou R\$ 40 milhões para financiar festas para a Copa do Mundo, dedicar aos seus trabalhadores menos do que a inflação como proposta salarial.

E hoje veio a proposta da inflação, que certamente ainda é insuficiente para a categoria diante das perdas, e, infelizmente, a categoria teve que entrar em greve para avançar a proposta. Então, se tem algum responsável pela greve, que é o último recurso de uma categoria, é o Governo Fortunati, que desrespeita os trabalhadores! O Governo, esse sim deveria dar contrapartidas, ouvir a “voz de junho”, investir nos serviços públicos e não tratar secretarias como feudos partidários, um verdadeiro cabide de emprego. É CC para tudo que é lado, mas na hora de dar aumento para o funcionalismo, eles dizem que não tem recurso.

O plano de saúde, é verdade que nós votamos para que fosse conveniado com o IPE, e o IPE não quis a proposta, mas foi votado nesta Câmara para buscar outra proposta de plano de saúde. Agora tem esse sucateamento do Hospital Porto Alegre, os municipais da nossa Cidade estão sem atendimento! E a Prefeitura caminha a passos de tartaruga para discutir o plano de saúde dos municipais. O plano de carreira, desde 2009 o Governo fala nele, estamos em pleno 2014 e nada avançou para a valorização e qualificação dos servidores, como uma proposta que de fato valorize a progressão funcional para aqueles que dedicam uma vida ao serviço público. O abono dos dias da paralisação na saúde: no dia 28 de março, uma paralisação dentro de todos os parâmetros, todos os direitos dos municipais, e o Governo cortou o ponto desrespeitando os trabalhadores da saúde! Ainda fizeram uma série de retaliações e de assédio moral em vários órgãos do Paço Municipal, sobretudo na área da saúde.

Então, primeiro, quero deixar este registro de repúdio à intransigência do Governo. Os municipais e a Frente Parlamentar, Ver.^a Jussara, tentaram negociar antes da greve, para que houvesse um aumento na proposta do índice salarial. Eu estava nas reuniões

junto com a categoria, que queria todo o diálogo e toda a disposição para avançar numa proposta que respeite o funcionalismo. Mas não! Não respeitam o funcionalismo, justamente o que é arrochado na tributação, o que é mais um equívoco grave do Ver. Valter Nagelstein, que diz que só a classe média que é massacrada pelos impostos. É verdade, mas os trabalhadores também são; 40%, em média, do salário são comprometidos com os impostos indiretos daqueles que ganham muito pouco, até dois salários mínimos; depois, com uma tabela de imposto de renda que não é corrigida conforme a inflação, massacrando os trabalhadores. Na verdade, o problema do nosso País são os governos que governam para os ricos, não reconhecem os méritos dos trabalhadores.

Por isso, em meu nome e do Ver. Pedro Ruas, deixo registrado nesta tribuna todo o apoio à greve dos municipais.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Valter Nagelstein (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a retirada, dos Anais, na fala da Ver.^a Fernanda Melchionna, da expressão cara de pau, dirigida a este colega. Primeiro, porque não é condizente com o decoro parlamentar. Segundo, porque ela diz que é cara de pau, afirma o contrário, dizendo que é uma vergonha aos professores, mas eu só quero lembrar que os professores de Porto Alegre são aqueles profissionais da educação que melhor recebem salário no Brasil; ainda é muito aquém do que nós gostaríamos de pagar aos professores, é verdade, gostaríamos de pagar muito mais, mas há um limite. Portanto, quero solicitar a retirada da expressão, porque acho que ela é baixa e não condiz com a atividade parlamentar e, muito menos ainda, com a sacralidade de uma tribuna. Muito obrigado.

A Ver. Fernanda Melchionna: Ver. Delegado Cleiton, não retiro uma vírgula do meu discurso. Acho que o Vereador deveria estar extremamente desatento, pois eu disse que era muita cara de pau do Governo Fortunati a proposta apresentada à categoria. Reitero todas as palavras que disse da tribuna, e reitero, mais uma vez, o apoio à luta dos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado. Fica aqui o registro, Vereadora.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, antes de mais nada, eu agradeço ao Ver. Pedro Ruas, nosso Líder de oposição, pela cedência deste tempo – creio que V. Exa. me cede o tempo exatamente pelo papel que temos procurado cumprir com todos os Vereadores. Há pouco agradei a participação do Ver. Janta, da Ver.^a Fernanda, da Ver.^a Sofia, do Ver. Ferronato, e o senhor me cede esse tempo em função dessa luta toda da Frente Parlamentar, representando esta Casa, e eu lhe sou grata.

Início este período de oposição dizendo que é muito justo termos subido nesta tribuna com essa Moção de Solidariedade assinada por outras bancadas, em relação às justas reivindicações contidas na data-base dos servidores municipais. Aliás, seria bom dar uma revisada nos direitos trabalhistas conquistados, ao longo do processo histórico do nosso País, pelos trabalhadores em geral, porque os servidores públicos são trabalhadores! E eu falo agora como Vereadora desta Casa, do Partido Comunista do Brasil, e como funcionária pública federal, com 33 anos de trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul na área de saúde.

Quero dizer ao Ver. Valter Nagelstein, com todo o respeito que sempre tenho a todos os meus colegas, que eu encarei o seu pronunciamento como um ataque à luta dos servidores e ao seu trabalho, ao trabalho dos servidores públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Eu sou servidora pública e não admito que os servidores sejam colocados como os responsáveis pela ineficiência de uma gestão! É inadmissível esse tipo de comportamento em uma gestão que não dialoga com os trabalhadores, que os criminaliza, e que, inclusive, estão adoecidos por conta, sim, de assédio moral! E nós, trabalhadores, servidores públicos, sabemos o que é assédio moral, porque o gestor é patrão também! Em determinados momentos, um muito mau patrão sob o ponto de vista de respeito aos seus servidores. E os servidores também pagam impostos, são cidadãos! São servidores que não têm plano de cargos, carreira e salário - na reunião com o Sr. Prefeito, pedimos agilização; ele se comprometeu com a agilização, e eu espero que não se retroceda àquele momento que foi importante -, que não têm plano de saúde. E os gestores podem exercer coerção para obrigar os servidores a exercer suas funções, inclusive servidores que estão sem condições de trabalho no HPS! Nós temos um banco

de sangue de última geração e não tem trabalhador para abrir esse banco de sangue porque tem que ter trabalhador concursado e com condições que a gestão tem que proporcionar, no sentido de aquele trabalhador seja preparado para atuar num banco de sangue.

No HPV, a residência multiprofissional em saúde está sem capacitação e sem possibilidade de ser uma das formadoras desse SUS que nós lutamos, na formação de profissionais de equipe multidisciplinar, porque estavam fechadas as áreas estratégicas para o atendimento, para formação e capacitação!

A Comissão de Saúde passou por todos esses lugares, e não foi a Ver.^a Jussara Cony, do PCdoB, da oposição! A Comissão tem Vereadores de todos os Partidos, inclusive a maioria é de situação! Foi uma banalização a dor das pessoas, a dor dos servidores. É uma questão de relação democrática que não existiu. A Frente Parlamentar vai continuar cumprindo o seu papel! Pela primeira vez se garantiu a agilização do plano de cargos, de uma luta histórica. E isso é data-base do servidor! Agora, se o servidor não pode, nessa data-base, levar ao patrão as suas reivindicações, então que se fechem os sindicatos, se retroceda neste País! E aqui quem fala é uma sindicalista, essa é a minha origem! Nós estamos num outro momento, não podemos ter retrocesso! Servidor que não tem plano de cargos, não tem plano de saúde! A contrapartida ganhando sem negociação! É essa a contrapartida? Não é apenas, Ver. Valter, com todo o meu respeito, uma questão salarial de uma mera reposição que não atinge nem a inflação! É uma questão de local de trabalho, é uma questão de condições de trabalho, é uma questão de trabalhadores trabalhando no mesmo lugar insalubre e ganhando insalubridade diferenciada, inclusive retirada a insalubridade, porque o servidor participou da greve. Por que, se trabalha no mesmo lugar insalubre? E disto eu entendo, Vereador, porque eu sou farmacêutica com formação nesta área, sou servidora pública e trabalhei muito em local insalubre. Na época em que eu era trabalhadora, a Constituição anterior - o senhor reclamou aqui que deveria ter sido depois - e as leis trabalhistas diziam que a mulher era proibida de trabalhar em locais insalubres. Mas a gente trabalhava e não ganhava insalubridade! Isso avançou com a luta dos trabalhadores, com a luta das mulheres. Para que possa funcionar, tem que ter a contrapartida, porque os servidores querem atender a população. A relação trabalhista, Vereador, para os servidores, não é diferente, ela não é desigual; o gestor é o patrão, tem que dialogar com os trabalhadores. Empregado tem que se sujeitar a adoecer? Eu vou

pedir ao Presidente da Comissão de Saúde que entregue à Mesa desta Casa o relatório da Comissão de Saúde, para que se saiba das condições que esses trabalhadores do Município estão trabalhando.

No ano passado, o Governo apresentou uma proposta de contingenciamento de orçamento que previa corte de CC, para aliviar a folha. Bom, o que ocorreu? De quanto foi o corte? Onde está sendo aplicado?

Ver. Valter, com todo meu respeito, o senhor nunca vai me ver desrespeitando nenhum colega meu, mas quero lhe dizer que não é apenas uma questão econômica. Não é apenas uma questão econômica! Aliás, é de direito, pelo menos a reposição. Eles querem saúde, plano de carreira, para poder trabalhar melhor, para atender com dignidade a população de Porto Alegre, que, como eles, paga imposto. Os servidores não são algo à parte, eles também são população de Porto Alegre. Trago aqui a minha indignação, como servidora pública de carreira, como são os servidores, porque esses trabalhadores estão querendo o que é justo: luta, data base, direito trabalhista, para poder atender com dignidade a população de Porto Alegre. Em relação à dignidade, ao atendimento da população de Porto Alegre, creio que não há nenhuma divergência, Vereador, entre nenhum de nós. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, novamente, as palavras tomam um outro sentido. Meu nome foi citado várias vezes por três Vereadores que se sucederam na tribuna, cada um com seus propósitos políticos pontuais.

(Aparte antirregimental.)

O Sr. Valter Nagelstein: Não, não me fez. A Ver.^a Jussara não fez nenhuma agressão, mas ela coloca na minha boca palavras que eu não disse. Então, eu quero registrar, Sr. Presidente, o seguinte: eu acho sagrado o direito de todo trabalhador. O que eu quero, em relação ao serviço público, e o que eu disse - e que eu não quero que seja transmutado, transfigurado, a partir de interpretações outras na tribuna, em meu nome, e sendo repetido à exaustão - é que, para o trabalhador público, pesem sobre ele os mesmos deveres e as mesmas obrigações - e que ele tenha os mesmos direitos também

- que pesam sobre o trabalhador privado, ou seja, que ele tenha metas, que responda ao interesse maior, que é o interesse da sociedade. Eu não disse que eu quero que o trabalhador público seja precarizado, nem neoliberal, nada disso. O que eu disse é que ele tenha metas, que tenha mérito, que seja medido e que ele preste a contrapartida devida para a sociedade brasileira. Parece que esta é a vontade minha e de todo o brasileiro no dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereador.

A Sra. Jussara Cony: Em primeiro lugar, na tribuna, cada um de nós vai lá e interpreta como está ideologicamente posicionado e diz aquilo onde ideologicamente está posicionado. Eu jamais ofenderei nenhum colega, mas também não admitirei que os meus pronunciamentos sejam entendidos como deturpação. Não faço política assim! O meu Partido, o PCdoB, nunca fez política assim!

Por outro lado, Sr. Presidente, quero dizer, quanto às metas, que, felizmente, está para ser votado aí - eu desarquivei, do ex-Vereador Sebastião Melo, que hoje é Vice-Prefeito desta Cidade - o Prometa. As metas quem tem que ter é a gestão, e não apenas em época de campanha eleitoral. E o Programa de Metas - Prometa, se aprovado nesta Casa, vai dar conta disso. As metas é a gestão que tem que ter. Os trabalhadores estão lá para cumprir as metas de uma gestão pública eficiente. Se a gestão pública não é eficiente - e não está sendo -, principalmente em resguardar direitos de trabalhadores ao trabalho, com equipamentos de trabalho, como local de trabalho, com insalubridade paga para todos de igual maneira, este é um problema de gestão e não dos trabalhadores. A luta dos trabalhadores e este trabalho dos municipais não podem ser deturpados. Se a gestão não tem meta, os trabalhadores ficam à deriva. Eles estão fazendo muito!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Feito o registro, Ver.^a Jussara. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna para falar sobre dois temas, um mais importante do que o outro, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Jussara Cony. O primeiro, é com relação a um projeto de minha autoria que

esta tramitando nesta Casa. Nós ainda não conseguimos fazer as reuniões conjuntas para agilizar a tramitação do projeto, Ver. Tarciso Flecha Negra, que é com relação à Copa do Mundo. Nós achamos que nos dias em que houver jogos na Cidade, Porto Alegre tem que fazer feriado. Porto Alegre tem que dar às pessoas o direito de se locomover, de ir e vir, e, principalmente, dar às pessoas o direito de garantirem a sua integridade física, pois já vimos um bando de arruaceiros, no ano passado, que feriram, machucaram vários trabalhadores do comércio, depredaram várias lojas. Então, é um momento diferenciado. Penso que se todos vão trabalhar, todos irão trabalhar. Agora, se alguns irão folgar, todos terão que folgar. Ninguém vai fazer compra nenhuma nos horários de jogos; ninguém vai ir ao supermercado nos horários de jogos; ninguém vai ir fazer uma obra nos horários de jogos. Então, acho que se vamos fazer feriado no setor público, em todos os âmbitos, municipal, estadual e federal, temos que decretar feriado na cidade de Porto Alegre, que não vai comportar o trânsito, uma vez que as principais avenidas da Cidade estarão bloqueadas. Esta Cidade já comporta com dificuldade o seu dia a dia, imaginem com o evento da Copa do Mundo. É imprescindível que esta Casa faça justiça com o povo de Porto Alegre e decrete feriado nas datas em que irão se realizar jogos na Capital de todos os gaúchos.

Outra questão é a dos municipais de Porto Alegre, que fazem uma justa reivindicação. Eu, como dirigente sindical, quero dizer para vocês que geralmente os patrões, os administradores, os diretores - Ver. Idenir Cecchim - acham que as reivindicações são só em relação a salário. Geralmente as pessoas acham isso. Eu já fiz greve em empresas em que os salários eram muito bons, Ver. Idenir Cecchim, mas as condições de trabalho eram precárias. Muitas vezes as pessoas reivindicam o que está faltando na Administração pública, que tem centenas, milhares de processos de assédio moral. O assédio moral, em Porto Alegre, tem virado uma dificuldade para os trabalhadores, tem virado uma dificuldade para os usuários, tem virado uma dificuldade para as pessoas. Daqui a pouco também os funcionários públicos veem o seu patrimônio ser deteriorado, que é o Hospital dos Funcionários Públicos de Porto Alegre. Esta Casa já está, desde que eu cheguei aqui, discutindo essa questão.

Então tudo vai pingando, tudo vai entrando em um copo. No momento em que entra o último pinga, Ver. Pedro Ruas, esse copo transborda. Eu acho que o último pinga para os municipais de Porto Alegre, que por várias estiveram em Comissões nesta Casa

discutindo isso, seja na área da educação, na área da saúde, na área da segurança, na área da infraestrutura... Chegou o momento desta Casa, através das Comissões, como já foi feito na greve da Procempa e em outras greves, que tem uma Frente Parlamentar de servidores públicos, da qual eu faço parte, a Ver.^a Jussara é a Presidente desta Frente, sentar com o Poder Executivo e acertar essa questão que vai envolver toda a população de Porto Alegre, vai envolver todo o povo de Porto Alegre. Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer ao Ver. Alberto Kopittke que nós não queremos estado mínimo, como eu disse aqui da tribuna; nós queremos é estado máximo e eficiente na saúde, educação, segurança e infraestrutura! O estado mínimo é esse que tem mais de 40 ministérios; o estado mínimo é esse que tem desvio na Petrobras, que tem um escândalo a cada dia nos jornais, nas revistas. Nós queremos um estado máximo e eficiente nas áreas que mais importam para o povo brasileiro, que é saúde, segurança, educação e infraestrutura. Com força e fé nós vamos melhorar a vida do povo brasileiro!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes na tarde de hoje, nossos telespectadores e nossos ouvintes. Eu quero aqui conversar um pouco, em nome do meu Partido, PSB, e já deixando claro que não estou aqui para fazer alusão a nenhuma manifestação, nenhuma contestação, nenhuma resposta a nenhuma manifestação dos colegas Vereadores e Vereadoras. Eu falo daquilo que compreendo, que acredito que deva ser falado, em meu nome e em nome do meu partido, nesta hora. Lá no dia 21 de novembro de 2014, Ver.^a Jussara, completarei 39 anos de serviço público. Tive o grato prazer e felicidade de ter tido a oportunidade de trabalhar na União, no Estado e no Município de Porto Alegre, Ver. Pedro Ruas. Lá em 1986 concorri pela primeira vez. Só que em 1984 eu era um pré-candidato, quando abri mão de concorrer para ajudar da candidatura de uma colega funcionária pública que se candidatava a vereadora de Porto Alegre. Portanto, há 30 anos

atuo como funcionário público diretamente dentro da política gaúcha, brasileira e de Porto Alegre. Eu acredito que nós temos, na visão mediana de nossa gente, duas posições que me preocupam sobremaneira: a primeira – toda vez que ouço, que vejo, que se analisa, se compreende e se estuda a questão do idoso, a média do povo brasileiro considera o idoso um peso. E o peso que eles dão maior é à Previdência. A todas as mazelas da Previdência o culpado é o cidadão idoso, e, na verdade, a história do País mostrou que se passaram quase 30 anos ou mais arrecadando recursos para a Previdência, aplicando como foi possível, desviando de lá para cá e daqui para lá, e chegando na hora de pagar, de contribuir, a Previdência tem os seus problemas. A culpa não é do idoso. No outro lado também dessa mesma visão se compreende o servidor funcionário público como outro peso. É outro grande engano. Na verdade é o servidor público que presta serviço público para a sociedade brasileira. Temos que compreender a importância, a relevância do servidor público neste contexto.

Quero registrar que, como Líder do Governo, tenho acompanhado muito de perto as questões governo/sindicato/servidor público, e assim teve, sim, e ainda temos, um longo diálogo entre o Executivo, o Governo e o servidor público. O que eu quero registrar é que com algumas demandas do servidor público, como o plano de carreira e o nosso plano de saúde, o próprio Governo Fortunati se comprometeu perante o servidor público e o sindicato, dando um prazo: vai ser dada uma intensificação neste processo, atendendo às demandas do próprio sindicato e do servidor.

Com relação ao nosso reajuste, o próprio Governo Municipal se comprometeu a cortar Orçamento em áreas inclusive sensíveis, e dar o reajuste da inflação, de 6,28%, coisa que praticamente nenhuma prefeitura de capital do Brasil concedeu. Portanto, como servidor público, acredito que é preciso não paralisar e continuar as negociações. É minha visão clara neste momento histórico para a cidade de Porto Alegre e para o País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Garcia, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores. Quero agradecer o Ver. Delegado Cleiton, pois nosso Partido, por ser integrado por seis Vereadores, estabeleceu um rodízio do uso de liderança, que hoje caberia ao Ver. Delegado Cleiton, e ele, então, me emprestou, para que pudéssemos fazer algumas ponderações relativas às situações e circunstâncias que entendemos oportunas aqui e externar nossa opinião. A primeira delas é com relação à capacitação do jornal Correio do Povo, e aqui, depois, uma página inteira que diz respeito ao abuso na tarifa de táxi no Aeroporto. Então, queria trazer à reflexão, considero que a Câmara é uma parceira do Sintáxi, uma parceira dos taxistas; fizemos toda uma construção no sentido de garantir os direitos adquiridos nessa atualização da legislação relativa aos táxis. Mas acho que nós temos que ter uma especial atenção, principalmente às vésperas da Copa do Mundo, Ver. Cassio Trogildo. Porque nesses dias recebi aqui um amigo do Rio de Janeiro, ele me ligou dizendo que o taxista não sabia onde ficava a Câmara Municipal de Vereadores. Achei esquisito, pegou um táxi no Aeroporto, táxi branco, e o taxista não sabia onde era a Câmara Municipal! Aí eu disse: “Faz o seguinte, diz para o taxista que, se ele não achar a Câmara Municipal, tu vais me dar o prefixo do táxi dele”. Bom, chegou aqui direitinho, pagou R\$ 20,00, e o taxista lembrou onde era a Câmara. Para aí um pouquinho, pessoal, alto lá! Acendeu a luz vermelha, está aqui, matéria de capa do jornal Correio do Povo, matéria de página inteira. (Mostra jornal Correio do Povo.) Nós vamos ter que deixar um alerta, porque dessa forma não é possível se permitir que os profissionais continuem atuando. Então, fica aí uma chamada de atenção.

Quero dizer também que Porto Alegre está com uma certa urucubaca, Ver.^a Mônica Leal, pegou fogo no Tribunal de Justiça neste fim de semana; está pegando fogo em todos os lugares; já pegou fogo na Sogipa; pegou fogo no Mercado Público. Então, acho que vamos ter que ver como é que vamos fazer para dar uma benzida na Cidade.

E quero dizer que, nesse sentido, então, nós também protocolamos uma legislação para auxiliar a respeito dessa situação que aconteceu lá na Boate Kiss, muitos Vereadores já contribuíram, e nós também queremos contribuir aqui, solicitando também agora a inclusão das máscaras antifumaça, enfim, vamos ver se a gente também dá a nossa contribuição para aperfeiçoar a legislação no sentido do combate ao incêndio. Uma outra situação que eu tenho visto muito aqui na Casa – é uma pena que o Ver. Nagelstein tenha

saído agora aqui do plenário -, mas, hoje, agora, aqui, nós tivemos polemizada uma série de situações, em que foram alegadas aqui ofensas, o diz que me diz. Eu tenho percebido que tem alguns Vereadores, não sei se é por causa da eleição, o pessoal está meio nervoso. Até o Vereador da minha Bancada, o Ver. Thiago, quero fazer aqui, inclusive, uma reflexão com meus colegas Vereadores a respeito de uma iniciativa nossa aqui, mas ele entendeu que a nossa iniciativa era um chupim, que estava roubando a ideia dele, enfim, mas de uma maneira muito agressiva, Ver. Tarciso. Eu acho que a gente tem como arredondar, como afinar o violão com a gaita aqui, fazer situações que construam, para o bem do interesse coletivo, porque todos nós estamos aqui no sentido de construir boas soluções para a Cidade e para o bem das pessoas e para a maioria das pessoas. Então, fiz um projeto de lei muito simples. O Ver. Thiago tinha um projeto de lei estipulando uma multa para quem ligasse para o SAMU para passar trote. E qual foi a nossa iniciativa? Foi agregar à iniciativa do Vereador uma multa também para quem ligasse para o 118, para a EPTC. Nós estamos com o trânsito já chegando quase ao seu esgotamento. Hoje, eu acho que a discussão de novos modais - BRT, metrô, ciclovias - é uma realidade na Cidade, mas eu entendi aqui a iniciativa do Vereador, era uma iniciativa salutar para a Cidade, porque ela combatia o trote ao SAMU, que é um serviço de emergência. É até um absurdo acreditar que uma pessoa possa passar um trote para uma ambulância, para um SAMU, mas acontece. Mas, nesta mesma linha, Ver. Brasinha, nós fizemos um projeto de lei, Ver. Cecchim, que tinha o objetivo de estancar também o trote para o 118, mas, de maneira nenhuma, querendo roubar a iniciativa ou querendo se apropriar; não, a iniciativa do trote para a SAMU é do Ver. Thiago. Agora, a iniciativa do trote para a EPTC é deste Vereador. E vamos lá, cada um trabalhar dentro da independência do seu mandato e vamos arredondar, se, no caso, nós vamos fazer, então, uma nova legislação, uma emenda à legislação atual ou se vamos revogar, vamos assinar um substitutivo conjunto; o formato nós vamos encontrar. Agora, nós não podemos fazer de uma boa iniciativa uma cruz, ou querer transformar uma boa iniciativa numa coisa ruim, ou querer até abalar aqui a relação entre parlamentares. Não é este o nosso objetivo; então, eu quero deixar isso aí bem claro.

Quero aproveitar também aqui para dizer que com relação ao reajuste dos servidores, o Prefeito aqui está colocando o reajuste de 6,28%, a reposição da inflação, e eu quero dizer que, da nossa parte, eu quero dizer que entendemos ser oportuna essa reposição

da inflação. Nós estamos de acordo e esperamos que o bom-senso possa prevalecer neste debate. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Presidente, hoje o senhor completa 149 dias na presidência desta Casa. Quero lhe dar os meus parabéns pelo bom trabalho que vem fazendo; eu estava fazendo campanha para o Ver. Nagelstein, mas o senhor demonstrou grandeza desde o primeiro dia quando da sua manifestação aqui, por isso eu adotei contar os dias de trabalho do senhor. Senhores, quero agradecer o meu partido, o meu querido amigo Ver. Cassio “Astrogildo”, o Ver. Paulinho Brum, o Ver. Elisandro Sabino por vir aqui falar em Liderança. Hoje, Ver. Márcio Bins Ely, eu estava lá no Morro Santana, e chegou um cidadão, o seu Orlando, Ver. Comassetto, que me disse assistir todos os dias aos nossos debates. Ele disse que isso é importante, Tarciso. Eu nunca tinha escutado um cidadão dizer isso. Ele sabe até o horário que começam os debates. Eu quero mandar um abraço para o seu Orlando. Senhores, primeiro eu quero falar do meu projeto, que está na Ordem do Dia de hoje, Ver. Janta, Ver. Cecchim. É aquele projeto que prevê a venda de cerveja nos estádios, novamente. Não é somente durante a Copa, isso seria uma hipocrisia. Proibir a venda de cerveja seria como se estivessem nos desprezando, como se o brasileiro não soubesse beber - isso é um preconceito. Este projeto, Ver. Pedro Ruas, é simples, permite a venda no período que antecede ao espetáculo, no intervalo do espetáculo e no final do espetáculo, no intervalo do espetáculo e no final do espetáculo, por que, Ver. Tarciso? Porque simplesmente nós, que estamos acostumados a andar em jogos de futebol, não somente nos do Grêmio, mas em vários lugares no Brasil, vemos que as coisas acontecem quase sempre iguais: o cidadão começa a beber duas horas antes do jogo, faz o seu churrasco e, nos últimos 20 minutos, quer ingressar no estádio, e aí é aquela confusão, porque é muita gente querendo entrar ao mesmo tempo.

Se lembrarmos de dez anos atrás ou mais, lembram que duas horas antes já estava cheio de gente no estádio? É porque tinha bebida ali, os caras ficavam bebendo, enfim. Este

projeto não permite que seja vendida durante os jogos da Copa, e, sim, no intervalo e no final.

Então este projeto vai dar mais dinamismo para o cidadão que gosta de ir a um espetáculo de futebol. Eu quero convidar os meus companheiros para que me ajudem a votar este projeto hoje ainda. Vamos aproveitar o momento Copa, porque o momento Copa já é liberado, a FIFA veio e liberou tudo, e agora este projeto vai contribuir com a Cidade, contribuir e legalizar o que acontece ao redor dos estádios.

Senhores, eu também quero aproveitar para falar sobre as obras de Porto Alegre. Eu estou muito feliz, porque o viaduto da rodoviária já está com o asfalto pronto; o viaduto da Pinheiro Borda, que adotaram o nome de Mazembe, também está pronto e vai ser inaugurado dia 6. Então isso é importante, porque eu ouvia o ex-Vereador Nelcir Tessaro dizer que não ia ficar pronto viaduto nenhum. E aqui as palavras do Prefeito Fortunati e do Vice-Prefeito Sebastião Melo diziam que ficaria pronto.

Então eu quero dizer aos senhores que é motivo de orgulho e felicidade termos um Prefeito que tem um caráter enorme, que respeita as opiniões; ele disse que ia ficar pronto e vai ficar pronto.

Senhores, olha como é fácil falar bobagens, Tarciso, e há quem aceite, deboche e faz o que quer. Mas agora eu quero ver se eles vão falar que ficaram prontos os dois viadutos; agora eu quero ver, porque criticar é fácil! Todo mundo gosta de criticar o Governador, o Prefeito, o Secretário, o Ministro, a Dilma, mas as coisas boas que acontecem, eles não querem reconhecer! Têm que reconhecer, Ver.^a Sofia Cavedon!

Então, eu quero dizer para os senhores: estão convidados para irem lá, no dia 06, ver os carros passarem. E, certamente, a Cidade vai agradecer, porque vai melhorar muito! E quando terminarem todas as obras, esta Cidade, o povo vai andar atrás do Prefeito Fortunati querendo abraçá-lo, porque ele vai liberar o trânsito em Porto Alegre que, realmente, está difícil. Com as obras concluídas, o trânsito vai fluir que é uma beleza, diferentemente do que fizeram outros prefeitos nesta Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (16h17min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria das Bancadas do PT e PSOL, ao PLE nº 041/13.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria das Bancadas do PT, PSOL e PCdoB, ao PLE nº 041/13.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria das Bancadas do PT, PSOL e PCdoB, ao PLE nº 041/13.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria das Bancadas do PT, PSOL e PCdoB, ao PLE nº 041/13.

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 ao PLE nº 041/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Elizandro Sabino (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLE nº 015/14. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização, conforme segue: em primeiro lugar, o PLE nº 015/14; logo após, a Indicação nº 025/14.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 015/14. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 015/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Vereadores, Vereadoras, venho discutir essa matéria por dois aspectos: primeiro, pela gravidade da situação que milhares de porto-alegrense viveram quando do rompimento do Dique Arroio Feijó, onde as moradias das pessoas na Vila Nova Brasília, na Asa Branca, no Sarandi, foram atingidas, a água entrou inviabilizou, estragou os móveis e as casas construídas e compradas com muito suor dos trabalhadores daquela região. Milhares de pessoas ilhadas. Nós recebemos os moradores e os líderes das Associações durante esse processo aqui na Câmara, houve Audiência, Ver. Pedro Ruas, de conciliação lá no bairro. Nós participamos junto com a comunidade, e me parece que é fundamental fazer a discussão política daqueles encaminhamentos, que o Governo não cumpriu, e a população, lamentavelmente, seguiu jogada sem assistência do Estado. Primeiro, as críticas da demora, do atendimento da Defesa Civil e de todas as questões que foram trazidas pela comunidade naquele momento, porque foi uma situação muito crítica e de muita gravidade. Mas uma das reivindicações prioritárias da comunidade é que pudesse se decretar uma situação de emergência para buscar com que o Poder Público garantisse ajuda imediata às famílias que perderam os seus lares, perderam os seus trabalhos, porque muito dos materiais de trabalho ficavam dentro de casa. Lembro da nossa querida, aguerrida Ana, que é manicure e que perdeu boa parte do seu material de trabalho com enchente da sua casa. As famílias atingidas; casos graves de saúde em decorrência de a água entrar, ou do pânico que a comunidade sofreu naquele dia do rompimento do Dique.

E uma coisa me chamou atenção no projeto, que basicamente, o PRODIQUE garante a possibilidade da população se endividar para restituir a sua vida, que era justamente o que nós falávamos, quando das audiências com o Governo Municipal. A única alternativa que o Governo vai oferecer é uma linha de crédito, endividamento das famílias diante da perda de alguns casos, quase total, da geladeira comprada com muito suor, da televisão que foi comprada a prestações, do azulejo e a quantidade do piso das casas que foram danificadas a partir do rompimento do dique, porque é fato, das duas uma: ou a falta de manutenção de Porto Alegre, portanto de responsabilidade do DEP, dos órgãos municipais, fez com que houvesse problemas no dique, ou houve – é uma teoria explorada – uma ruptura criminosa, entre aspas. Diante de qualquer uma das duas hipóteses investigadas pela Polícia, a responsabilidade não é da comunidade. Todos eles, Ver.^a Any, foram vítimas: vítimas da natureza, vítimas da negligência, vítimas de alguma

ação, mas foram vítimas. E qual é a alternativa do Governo um ano depois do rompimento do dique? Apenas o envio de um projeto que permite um endividamento maior da população? Nós defendemos, na época, que era necessário decretar estado de emergência para garantir recursos, como foram garantidos, corretamente, para a reestruturação do Mercado Público, com o Governo Federal. Por que não a mesma medida com os moradores da Zona Norte? Por que apenas em emergência foi para um patrimônio importantíssimo da nossa Cidade, que é o Mercado Público, mas não pode ser decretado para a vida concreta de famílias que sofreram enormemente com o rompimento do dique Arroio Feijó? Por que não garantir indenizações dentro do limite e do possível para as famílias que perderam os bens e boa parte do que conseguiram construir na sua vida, decretando essa situação de emergência e podendo arrolar recursos para investir na melhoria da vida do povo, negligenciados já na Zona Norte da nossa Cidade, diante da calamidade que viveram? E apenas agora temos o envio deste projeto. Por isso votamos a favor de que ele fosse priorizado na lista de priorização, é evidente, Ver. Elizandro Sabino, mas é insuficiente. Como não reconhecer que as alternativas do Governo são absolutamente insuficientes diante do tamanho do problema que viveram esses milhares de porto-alegrenses? Essas famílias poderiam ter sido isentadas dos impostos municipais durante um bom período, para que reconstruíssem as suas vidas, ou poderia haver a busca por recursos para garantir que uma indenização justa fosse, de fato, efetivada. E esses caminhos o Governo não buscou. Infelizmente, nós vemos que a única alternativa do Governo é um financiamento com o Banrisul com uma taxa de juros de 0,41%, uma taxa de juro menor, mas apenas o endividamento das famílias, e não a busca concreta para ajudar com os recursos que tanto são destinados para a Copa, para empreiteiras, para um monte de coisas tão desnecessárias à vida do povo; e para as coisas necessárias, como o direito a morar com dignidade, nós não vemos rapidez, celeridade e, sobretudo, não vemos boa vontade política para garantir esses recursos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 015/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos votando este Projeto, talvez, um ano depois de quando houve aquela situação dramática de alagamento da Vila Dique. Parece que os tempos do Governo não são os tempos das famílias. A situação de um alagamento em um dia seco, de completa imprevisibilidade, como aconteceu na Região Norte da Cidade, surpreendeu inclusive o Governo, é bem verdade. Só que entendemos que a reação, a articulação das ações foi difícil. De fato, há uma grande necessidade de rapidez na atenção a esse tipo de tragédia, a esse tipo de situação não esperada. Nós não tivemos nenhum óbito, nenhuma situação mais grave pela solidariedade, pela capacidade de interajuda, mas, de fato, muitas famílias foram muito prejudicadas pela invasão das águas nas suas casas, quando perderam muitos móveis, muito investimento em utensílios domésticos, camas, roupeiros, em especial, pois não recuperam - quando o MDF molha não tem conserto -, almofadas, situações bastante duras para quem sobrevive como trabalhador em uma região que está com dificuldades de infraestrutura. Então, não foi só o problema de a água invadir, foi um problema de saneamento básico. A reação às reuniões que ocorreram aqui, a reação da ação integrada, um tanto demorada, do lixo, da limpeza de esgotos, e, agora, algum apoio à reconstrução das perdas das famílias chega a esta Casa. Eu quero dizer que nós apoiamos, lamentamos o tempo de reação, tempo de encaminhamento de questões tão importantes, que, talvez, para quem não viva a situação, não tenha a importância da vida real. Quero dizer que nós precisamos nos antecipar a outros problemas, e menos ainda ser um Estado público causador dos problemas.

Nós estamos vivendo ainda uma situação muito triste, dura, das Vilas Icaraí 1 e 2, do entorno da Av. Tronco, ali no Cristal, porque as obras de canalização dos arroios, as obras viárias, estão sobre as famílias, que não têm ainda nenhuma nova moradia pronta. Muitas delas, com toda razão, sentem-se inseguras e não aceitam a transferência para casa de passagem, o aluguel está-se tornando difícil, e o bônus-aluguel, às vezes, faz com que as pessoas com móveis simples... E elas mesmas exemplificam: "Se eu desmontar o meu roupeiro, não monto duas vezes. Portanto, sair daqui e ir para uma casa de aluguel para, quem sabe quando, entrar em uma casa definitiva, significa condenar os meus móveis, condenar a minha família a perder mais do que já perdi". E nós, infelizmente, estamos assistindo a isso na Av. Tronco. Então, na mesma medida em que a prioridade das obras viárias acontece nesta Cidade, e vejam com toda dificuldade de se

desenvolverem, nós gostaríamos que houvesse a proteção das famílias atingidas, a atenção a essas famílias, sem a pressão: “Ou tu aceitas o bônus, ou tu estarás impedindo os outros.” E que não haja intrigas dentro da própria comunidade – infelizmente, nós tivemos que limpar isso na discussão no bairro Cristal, em que algumas famílias foram acusadas de impedir que a obra acontecesse para todos, por se negarem a ir para uma casa de aluguel, a sair do que é seu. Criaram já uma situação de insegurança, uma autoestima baixa, uma ideia muito dura para as populações que moram no entorno da Av. Tronco, a ideia de estarem estorvando a obra, a modernidade, a circulação. A sua vida inteira lutaram, sobreviveram num espaço sem condições adequadas e, agora, o Estado: “Vocês estão atrapalhando, vocês atrapalham.” Um Governo deveria antecipar-se a esse problema, pensar primeiro nas famílias, acordar com elas as situações e, depois, encaminhar a obra. E já quero adiantar e dizer que é esse o sentido que estamos dando para o susto que vivem as famílias da Ilha Grande dos Marinheiros. E eu já vi o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Engº Comasseto pautarem o tema, já fizemos reunião com o Governo do Estado. Nós temos afirmado claramente: as famílias saberão qual o seu lote e para onde irão. Nós não achamos que a obra preceda à vida das pessoas. Obviamente que a Presidente Dilma anunciou a ponte do Guaíba, esse anúncio foi festejado por todos, mas nós queremos garantir tranquilidade, segurança, participação de cada uma das famílias atingidas, antes que a obra se inicie, que elas saibam. E nós temos certeza que é possível reassentá-las nas ilhas. Nós temos certeza que há áreas que podem ser apontadas, que o plano de manejo deve ter apontado, que é lá onde elas construíram as suas vidas que elas devem permanecer. E esse processo antecede a qualquer obra.

Então, todas essas fatalidades, se corre atrás depois para resolver. Mas jamais vamos admitir que a ação do Governo continue penalizando as famílias mais pobres da nossa Cidade por um dito desenvolvimento. Primeiro elas, primeiro a dignidade humana, primeiro nossas crianças, nossos idosos, a sua vida com dignidade e, depois, as grandes obras que são bem-vindas, sim. E essa harmonia cabe a nós, aqui, o Parlamento, fazer a mediação, ser a escuta e fazer a atenção necessária, sim, porque este é o melhor saldo que se pode dar quando uma cidade tem grandes investimentos: o cuidado com a vida dos seus cidadãos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 015/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos falando aqui de uma catástrofe que foi seguida de outra e que, se não tomarmos providências com o tal do arroio Feijó, lá na Zona Norte – que eu conheço muito bem, sou daquela zona –, nós vamos a cada ano tentar salvar alguma coisa que sobrou para as pessoas que moram em toda a região, no Sarandi, na São Borja, enfim, onde o arroio Feijó passa e faz estragos quando transborda, quando a tal da represa – que não se sabe se foi aberta ou se se abriu – causa uma inundação e um terrível prejuízo e pesadelo para a população do Sarandi.

Acho que demorou, sim, Ver.^a Fernanda. Demorou, sim. Mas acho que não dá ficar culpando só a Prefeitura. O Banrisul demorou muito para concordar com o 0,41%. O Banrisul tem um lucro fantástico de todos os gaúchos, tem a contribuição de todos os gaúchos nas suas contas, inclusive as nossas, aqui da Câmara de Vereadores, que temos conta no Banrisul.

Aquela população merece atenção, sim, da Prefeitura, do Banrisul, do Governo do Estado, da Defesa Civil do Estado, do Governo Federal; merece que construam as casas prometidas do programa Minha Casa, Minha Vida, na Zona Norte.

Cansamos aqui de passar terrenos para a Caixa Federal para que façam moradias. Eu até disse que não ia mais votar nenhuma alienação de terrenos da Prefeitura para a Caixa Federal, porque não fazem casas, não fazem edifícios, não fazem apartamentos.

Então, quando vamos pedir que se atenda e para que se vote este projeto para minimizar um pouco o prejuízo da população que foi inundada pelo arroio Feijó em duas oportunidades, uma seguida da outra, nós temos também que reivindicar de todos os governos que essa conversa de preferência pelo social e pelos mais pobres saia dos discursos. O Governo Federal precisa sair deste discurso também e cuidar das pessoas que são mais pobres. Cuidar! A exemplo da Saúde, eles atiram para os Municípios e não faz nada o Governo Federal, muito menos o Governo Estadual, e a população sofre. Precisa de saúde, precisa de casas, e não tem, Ver.^a Lourdes. O Governo Federal não dá, não faz; a Caixa Econômica burocratiza; o Banrisul demora; e o Governo do Estado faz que não é com ele.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, ainda acompanhando o seu raciocínio, nós ainda aguardamos, ao longo de 14 anos, o caso dos alagamentos do bairro São João, na Rua Cel. Feijó, onde as pessoas de classe média perdem tudo quando há alagamentos. E está previsto para iniciar no ano que vem. Previsto!

O SR. IDENIR CECCHIM: É. Há áreas de risco em toda a Cidade. Notem que não são só áreas onde as casas estão caindo dentro dos arroios. São áreas sujeitas a inundações. Quando vem um dinheirinho do Governo Federal, vem para ser pago. O Governo Federal parece que não tem nada que ver com isso, mas tem! Tem. Não se vangloria de dar Bolsa Família? O Governo do Estado não se vangloria – tem na propaganda – pelo fato de que 70 mil pessoas estão tendo incremento na renda? Antes, que cuidem da segurança! Que cuidem das moradias, para que não sejam alagadas. É isso que os governos têm que fazer, Ver. Cláudio Janta! Prevenir para que não sejam inundadas as casas das pessoas, que acabam perdendo aquilo que não têm. Porque muitas vezes eles têm os móveis ainda por pagar. Perdem isso e ficam só com o carnê da prestação, com um sacrifício enorme para fazer o pagamento; ficam sem móveis e com a dívida. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLE nº 015/14.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; colegas Vereadores. Na realidade, quando solicitamos a priorização dos projetos, no que diz respeito a este que cria o Programa de Apoio à Recuperação Patrimonial das Pessoas Físicas Atingidas pelo Rompimento do Dique Arroio Feijó, o PRODIQUE, em primeiro lugar, é oportuno destacar que este está sendo um clamor, um pedido da comunidade local. Foi atendendo justamente a um pedido da comunidade local, de pessoas que nos solicitaram a priorização da votação deste projeto que nós, obviamente, encaminhamos à presidência o pedido, que está sendo amplamente discutido e debatido aqui com os Pares.

Em segundo lugar, quero destacar também que quando da ocasião do rompimento do dique, sim, houve uma mobilização privada, houve a mobilização de muitas pessoas, organizações, etc. Eu estive no local, vi lá a mobilização dos jipeiros, com as suas *trollers*, resgatando pessoas, ajudando nas mobilizações. Também houve a iniciativa da abertura das portas da Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha. No momento, está numa reunião externa o Ver. Kevin Krieger que era, na ocasião, o Presidente da FASC, o Prefeito estava presente e o público também presente, ou seja, tanto o Departamento Municipal de Habitação, quanto a FASC, quanto toda a rede da assessoria comunitária dos mais diversos órgãos do Executivo estavam presentes no local, dando ampla assessoria e total apoio às famílias que haviam sido atingidas por esse trágico rompimento lá no dique. Quem estava lá, quem foi até o local - eu estive presente e diversos colegas também lá estiveram - pôde presenciar e visualizar.

Em terceiro plano, quero destacar que esse projeto está aqui na Casa - bem asseverou o Ver. Dib quando ligou para nós fazendo esse contato e destacando essa questão - desde março. Portanto, em vista de que nós temos muitos projetos, obviamente, para votar aqui na Casa - esse projeto seria o número 16 a ser votado -, possivelmente, dadas as circunstâncias e os inúmeros projetos que temos para votar, se nós não tivéssemos dado a priorização para hoje, ficaria para a próxima quarta-feira, e assim vai.

Então o projeto do Executivo está na Casa desde março, e nós atentamente ouvindo os colegas se manifestando e reclamando a respeito do atraso do envio do Executivo para o Legislativo, também nós temos que reconhecer que o projeto foi enviado no mês de março aqui para a Casa, e desde esse período - nós já estamos em junho - está sendo procrastinada a sua votação, razão pela qual eu venho me manifestar aqui, Sr. Presidente, no sentido de que urge a votação e o apoio a essas famílias que lá estão a esperar a abertura dessa linha de crédito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o PLE nº 015/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em votação a Indicação nº 025/14.

O Sr. Reginaldo Pujol: Eu, rapidamente, só queria cumprimentar o Ver. Delegado Cleiton, porque está se valendo de um instrumento adequado para fazer uma proposta altamente responsável.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Feito o registro.

Em votação a Indicação nº 025/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCL nº 012/13, em renovação de votação. (Pausa.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h51min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Alberto Kopittke.

O SR. ENGº COMASSETTO: Colegas Vereadores, colegas Vereadoras, quero agradecer ao Ver. Alberto Kopittke pela cedência de tempo e trazer um tema aos colegas Vereadores, de que o Ver. Alberto já tratou, que é uma conquista da cidade de Porto Alegre e da comunidade da Restinga. Tenho satisfação de prestar contas, inclusive, Ver. Pujol, do trabalho que realizamos nesses últimos 12 anos, inclusive antes de ser Vereador nesta Casa, quando levantamos a bandeira, junto à comunidade da Restinga, com um comitê constituído pela construção do Hospital da Restinga. Essa foi uma luta diária, e

quero aqui destacar o papel de um conjunto de pessoas, de autoridades que trabalharam nesta conquista do Hospital da Restinga.

O Ver. Cecchim acompanhou, desde o primeiro momento, o trabalho que fizemos com um conjunto de Vereadores, e eu costumo dizer que, quando qualquer colega que faz um trabalho, tem uma conquista que passa por esta Casa, passa a ser dos 36 Vereadores deste Legislativo. Primeiro, Ver. Cláudio Janta, o senhor que estava no movimento sindical naquele momento, dizer que em 2002, 2003, foi assinada, ainda com a Administração Popular, o convênio com o Hospital Moinhos de Vento para assumir a gestão da saúde na Restinga e Extremo-Sul. Naquele momento, houve a mudança na gestão pública e um certo emperramento no projeto do hospital da Restinga. Para isso, entrou em cena a Promotora Pública Angela Salton, que fez nada menos do que 25 reuniões no Ministério Público - tivemos o prazer de acompanhá-las, junto com o Comitê em Defesa do Hospital da Restinga, até porque, naquela época, o Raul, que era coordenador da Assepla da Secretaria da Saúde, dizia que não era preciso mais novos hospitais na Cidade, que precisava era qualificar o sistema de transporte. Nós discordamos! Com o trabalho da Promotora Angela Salton, o processo foi andando com muita dificuldade. No final de 2006, lá na Restinga, se fez uma grande caminhada luminosa, com uma grande representação da comunidade. No terreno que estava destinado ao hospital, cravou-se uma bandeira, com um marco dizendo: Hospital da Restinga Já. Logo depois, foi mudado o local do hospital para junto do parque industrial, ao lado da Escola Técnica Federal, que foi outra conquista. Aqui eu quero destacar, Sr. Presidente, que, no dia 18 de setembro de 2006, o Presidente Lula, Luis Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto, constituindo um conjunto de hospitais no Brasil como hospitais de excelência - entre eles, o Hospital Moinhos de Vento. Toda a isenção dos seus recursos, através da filantropia, deveriam ser aplicados num projeto concreto, um projeto que tivesse início, meio e fim para esses recursos. Isso originou a assinatura do convênio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o Hospital Moinhos de Vento, com mais de R\$ 120 milhões sendo destinados para a construção do hospital da Restinga/Extremo-Sul, o qual, neste momento, com muita satisfação, estamos a ponto de inaugurar - está sendo anunciado todo dia. A Presidenta Dilma, junto com o Prefeito Fortunati e o Gov. Tarso Genro estão numa agenda para definir a gestão do hospital. Está sendo apontado para o seu custeio, aproximadamente R\$ 6 milhões – dos quais, 50% do Ministério da Saúde;

25% do Município; 25% do Estado. Então, eu quero aqui já convidar todos os colegas Vereadores e toda população que nos ouve que, nos próximos dias, não está definida ainda a agenda da Presidenta, que virá na inauguração do hospital da Restinga, para que possamos acompanhar, Ver. Janta, e dizer aqui o seguinte: são R\$ 480 milhões para o Hospital de Clínicas; são R\$ 120 milhões para o Hospital da Restinga. Esse dinheiro todo é dinheiro público sendo investido em Porto Alegre para ajudar a qualificar a saúde pública. Falta muito ainda? Falta, mas isso é avanço. Então, quero agradecer à atenção de todos. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores desta Casa, uso este tempo no período de Comunicações para dizer que realmente o hospital da Restinga e o Hospital de Clínicas trarão um novo projeto para Porto Alegre na área da saúde pública. Nós precisamos também criar em outras regiões do nosso Estado, hospital de média e alta complexidade para que esses dois hospitais não fiquem lotados como o restante dos hospitais.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, duas colocações muito breves. Primeiro, o hospital da Restinga comprova uma tese nossa, de que todos os métodos são lícitos e possíveis de serem realizados com bons proveitos para todas as partes quando envolvem entidades sérias. A proposta de fazer o hospital na Restinga não tem 12 anos; há 30 ou 40 anos que se fala nesse hospital. A entrada do Hospital Moinhos de Vento propiciou que se montasse este grande esquema do qual o Governo Federal teve inegável participação, como de resto o governo do Município. Os resultados estão aí sendo festejados. No segundo plano, o Hospital de Clínicas e o hospital da Restinga são as nossas alegrias, que serão completadas se nós não permitirmos que o Hospital Belém e o Hospital Porto Alegre fechem suas portas.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Muito bem lembrado, Ver. Reginaldo da Luz Pujol. Eu ia dizer exatamente isso. Nós não podemos comemorar a abertura de dois hospitais e o fechamento de outros dois, principalmente o fechamento de UPA. Nós achamos que a UPA da Restinga faz parte de um processo de saúde pública: tem que ter os agentes comunitários de saúde, a UPA funcionando, a UBS funcionando e o hospital. O hospital é o complemento, é o último passo da saúde pública. Não podemos permitir que a UPA da Restinga feche, nem que os dois hospitais fechem em Porto Alegre.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Correto, Ver. Cláudio Janta. Agradeço-lhe o aparte. Qual é a proposta e o programa do hospital da Restinga Extremo Sul? Não é só hospital. É hospital, 16 equipes de PSFs na região e oito de saúde bucal para fazer a rede Restinga/Extremo Sul da saúde integral. Primeiro trata o básico e depois vem para o hospital. Esse é o programa e o projeto. A segunda fase ainda precisa ser concluída. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Nós esperamos que isso seja implementado. Queremos aproveitar este tempo aqui para falar sobre o aniversário do Ver. Bernardino Vendruscolo, sábado, no qual havia centenas de pessoas. Todas elas enaltecem a credibilidade, o compromisso público e principalmente a honra do Vereador, que tem tocado as questões públicas com muita honra, com muita dignidade; um homem que sempre preserva as suas amizades e seu compromisso com o público, o seu compromisso com as pessoas, o seu compromisso com a cidade de Porto Alegre. Com absoluta certeza, o Ver. Bernardino Vendruscolo não poderá, em hipótese alguma, viver com pessoas que não condizem com o seu modo de vida, com pessoas que não têm no seu DNA, a integridade, com pessoas que não têm, na sua vida, a integridade que ele tem. Então, Ver. Bernardino Vendruscolo, venho aqui nesta tribuna enaltecer o seu aniversário no sábado, enaltecer todas as pessoas que lá estiveram e levantaram o seu caráter, a sua honra e a sua honestidade. Eu tenho certeza de que para nós, aqui na Câmara de Vereadores, é um prazer ter uma pessoa como o senhor junto conosco. Com força e fé, nós vamos seguir lutando para melhorar a vida do povo brasileiro.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores; Ver. Idenir Cecchim, quando me acontecem as coisas, eu gosto de esclarecer o que me acontece. Eu estava, no dia da assinatura do contrato, lá do viaduto da Aparício Borges e descobri que o dono do nome do viaduto era o Professor Garcia. E eu chego à Câmara, e o Nedel disse que o nome era dele. Aí eu fiquei me perguntando: é do Nedel ou é do Professor Garcia? E, surpreendentemente, eu fui lá na festa do Sinduscon, lá no Leopoldina, eu estava esperando tu ires representar nós todos, Vereadores, porque eu sabia que tu eras o representante, e eu olho: quem é que está lá representando? Não estou dizendo que não estou sendo representado, fui muito bem representado. O nosso colega Valter Nagelstein estava nos representando! Ele deu a carta para os dois, para ti ou para ele? Esse é o meu questionamento.

Senhores, eu quero falar, Ver. Reginaldo Pujol, do que aconteceu hoje no nosso Grêmio, na nossa Arena, no nosso Olímpico, na nossa instituição Grêmio, que é muito importante para a Cidade, porque muita gente já foi beneficiada com a Arena do Grêmio, Ver.^a Lourdes Sprenger, muita gente, inclusive a nossa vila IAPI, que já vai ser bairro, já, de contrapartida, o Parque Alim Pedro, que é uma contrapartida ambiental, que nos oportunizou revitalizar todo o Alim Pedro e fazer tudo o que estamos fazendo lá, graças à atitude de fazermos a Arena do Grêmio. Essa é uma das contrapartidas; são 84 milhões de contrapartidas que já foram.

Então, Ver. Reginaldo Pujol, para mim é motivo de alegria hoje chegar a um consenso, a um acordo com o nosso Presidente Fábio Koff, com o qual nos dois estávamos lá, o senhor é um conselheiro atuante do Grêmio, eu também sou, só não sou tão atuante quanto o senhor, porque o senhor tem mais anos de Conselho. Mas quero dizer que estou muito feliz e mais ainda, porque eu e o senhor estávamos juntos lá, naquele momento.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu acho que o dia de hoje é o dia que a gente tem que cumprimentar a Direção do

Grêmio, com o Dr. Fábio Koff, a direção da OAS, com o Dr. Carlos Eduardo, mas eu, pessoalmente, acho que tenho que cumprimentar V. Exa., que sempre acreditou que era possível uma composição que redundasse em benefício para o Grêmio e resultados econômicos para a OAS – que é uma empresa que busca resultados econômicos -, mas que repetisse esses belos exemplos que V. Exa. trouxe à tona, essa contrapartida de R\$ 84 milhões que a OAS fez e que beneficiou a vida da IAPI – a nossa querida vila do IAPI -, o Parque Alim Pedro, mas também o Círculo Operário de Porto Alegre, que está tendo um prédio excelente construído em Belém Velho e também a Escola lá da Vila Farrapos, que foi totalmente renovada com um prédio novo que já está em pleno funcionamento. Então, parabéns a V. Exa. que participou de tudo isso.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, realmente, o senhor tem tudo a ver com a vila do IAPI. O Ver. Reginaldo Pujol foi aluno do Colégio Dom João Becker. A nossa querida Ver.^a Lourdes tem um trabalho fantástico lá também. Isso que é importante. E, Ver.^a Sofia, já tem R\$ 84 milhões de contrapartida, isso em um empreendimento que é a Arena do Grêmio, imaginem se vem mais empresas. Nós temos que ajudar os empresários a virem para cá, para nos fortalecer e darem contrapartida para fazermos asfalto, saneamento, darmos oportunidade para o cidadão ter uma casa digna.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, eu estou ouvindo as últimas notícias do Grêmio que, corretamente – na minha opinião -, quer comprar a Arena, Ver. Pujol. Eu só espero que o meu time não compre as dívidas que a OAS tem com o Poder Público. Então, o que a OAS ainda tem que fazer de melhorias, beneficiamento em torno da Arena, que faça, que são mitigadoras, inclusive, dos apartamentos, 900 apartamentos da OAS. Mas eu torço pelo Grêmio, que ele compre a Arena, mas sem as dívidas.

O SR. ALCEU BRASINHA: Segura um pouquinho, deixa eu dar uma notícia: a Arena é do Grêmio, já está tudo assinado, foi assinado hoje à tarde.

A Sra. Sofia Cavedon: Beleza, mas sem dívidas com a municipalidade.

O SR. ALCEU BRASINHA: Não tem, não tem, porque o negócio é o seguinte: eles estão entregando a Arena pronta para nós. E nós estamos entregando o Estádio Olímpico, que foi negociado e aprovado por esta Casa – inclusive, tinham alguns problemas lá. E mais ainda, já têm R\$ 84 milhões de contrapartida que a OAS já pagou aqui dentro do Município.

Então, vou dizer, o Círculo Operário é um colégio.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. ALCEU BRASINHA: O Parque Alim Pedro, do IAPI, é um belíssimo parque, quero que V. Exa. vá lá conhecer, porque lá existem várias personalidades do Rio Grande do Sul, que fizeram nome em todo o Brasil, e são do IAPI.

Por isso que o IAPI merece um parque de qualidade, merece ser esse bairro, e tem tudo a ver com Porto Alegre, com a Copa do Mundo, com o esporte e com o Grêmio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu critico tanto o PT, reclamo que a Bancada não está aqui, e, hoje, a Bancada do PT está aqui, e eu queria ser solidário com o PT hoje. Por quê? Porque esta notícia que está na revista Veja - Delegado Cleiton, é uma notícia que V. Exa. interpreta muito bem -, do Deputado Moura, aquele que faz reunião com o PCC, em São Paulo. Esta Bancada de Vereadores de Porto Alegre não tem nada a ver com isso. Nada a ver com isso! Não concordo, quando se faz a ligação desse Deputado Cunha com a Bancada do PT, de Porto Alegre. Isso é um absurdo que não se deve nem falar! Mas eu sou obrigado a ler, aqui, aqueles que são amigos desse homem, do PCC, aquele que ajuda a botar fogo em ônibus, aquele que, provavelmente, bandido desse tamanho, ajudou na morte do Celso Daniel, poder ser, não se sabe, mas dizem que pode ter sido alguma coisa parecida.

Agora, eu olhei, aqui, mais atentamente, e vi que o Aloísio Mercadante, que é o Ministro chefe da Casa Civil, é um dos que contribuíram na campanha desse deputado estadual de São Paulo, do PCC, daquela bandidagem enorme lá, que bota fogo, que mata polícia. Aí vejam que o Arlindo Chinaglia, Vice-Presidente da Câmara, também deu dinheiro para esse Deputado; e então levei mais um susto - mas um susto um pouquinho menor, já que é um Deputado cassado -, porque o João Paulo Cunha também deu dinheiro para ele; e, agora, vejam: a Ministra da Cultura - deve ser da leitura no presídio, essas coisas assim -, eleita Senadora, também deu R\$ 35 mil para esse bandido, que é Deputado Estadual em São Paulo. E tem mais um outro, que foi cassado, também, ex-Deputado Federal e ex-Presidente do PT Nacional, que deu dinheiro para esse deputado, grande bandido, que não tem nada a ver com o PT de Porto Alegre, mas é do PT Nacional. É amigo de alguns mensaleiros e de outros que estão dentro do Palácio do Planalto, lá pertinho da Presidente.

Estou começando a ficar com muito medo, Ver. Reginaldo Pujol, porque os caras desviam dinheiro público, a corrupção está grande, o PIB está caindo; e, agora, imaginem só o deputado do PT de São Paulo, que recebeu dinheiro de todos esses Deputados, do Vice-Presidente da Câmara, do Ministro Chefe da Casa Civil, na antessala da Presidente Dilma. O Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, a Ministra da Cultura, todos esses, pelo jeito, fizeram dobradinha e são da mesma turma, Ver. Brasinha, desse Luiz Moura. Ele, que é amigo dos amigos, foi pego pela polícia fazendo reunião com bandidos do PCC, com muitos bandidos, num barracão de uma empresa de ônibus. E, depois, o pessoal do PT fala que não tem licitação aqui em Porto Alegre... Mas meu Deus do céu! Como é que falam uma coisa dessas se a Marta Suplicy entregou e legalizou as peruas para esses bandidos? Os que eram perueiros, agora, são donos de ônibus de uma cooperativa, que só bota fogo em ônibus das outras empresas, não incendeia os da própria cooperativa.

Então, só para refletir um pouquinho mais, Ver. Brasinha, Ver. Cleiton - a quem, particularmente, vou ouvir, porque o senhor é um delegado que entende dessas coisas, para que eu também possa entender como é que isso pode acontecer. A Ver.^a Sofia Cavedon, certamente, vai explicar isso, mesmo que ela não precise explicar, porque bandidagem aqui não tem; tem muita demagogia - isso tem - em relação aos ônibus, mas bandidagem aqui não tem ainda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações por cedência de tempo do Ver. João Derly.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós abrimos esta tarde, Ver. Eng^o Comassetto, recuperando a história da construção do Hospital Restinga nesta Cidade, da luta do povo, da coragem que a cidadania ativada na Restinga mostra todo o dia, seja na conquista do Instituto Federal e encarando todas as instâncias de decisão - esta Casa, o Governo Municipal, Federal, Estadual. E assim foi com o Hospital, que era um sonho seu e que não deixou morrer. O Governo Federal, com os seus investimentos, tem feito o que nunca se fez antes nesse Brasil, e talvez seja essa a razão do discurso da oposição aqui, para nós, ao PT, porque a fala do Ver. Cecchim vem do PMDB, que dirige esse País em aliança com o PT, na Vice-Presidência da República. Mas a falta de argumentos diante de um projeto liderado pela Presidenta Dilma, agora - e pelo Presidente Lula, antes -, faz com que o Vereador dessa Cidade venha aqui ler e imaginar, suscitar ligações que nós imaginamos que a Polícia Federal - muito autorizada, muito aparelhada pelo Governo Lula e Dilma - para punir quem quer que seja, temática que nós entendemos que está na sua alçada. Assim como o Procurador-Geral da República, que deixou de ser, no período do Fernando Henrique, "Engavetador" Geral da República, e tem a plena autonomia, desde que o Lula assumiu, para encaminhar todas as denúncias atinentes à corrupção, seja qual for à esfera. Assim como o Ministério Público, assim como a postura de identificação e de elucidação, de afastamento de qualquer um que se afaste Do respeito, que é público, junto aos nossos Governos. Tivemos a expansão, em cinco anos, de institutos federais; entre eles, cito o Instituto Restinga e Instituto Porto Alegre. Nós temos dois institutos federais, e Bento Gonçalves gerará 17 *campi* no Rio Grande do Sul, em cinco anos, Ver. Brasinha, que eu sei que defende o Governo Dilma. Serão mais de 20 mil matrículas de jovens em cursos técnicos, tecnólogos e cursos superiores; já temos engenharias que estão sendo levadas pelos institutos federais, numa política correta, audaz, séria e qualificada, implementada e incrementada pelos Presidentes Lula e Dilma. E que hoje traz aos nossos jovens, à nossa juventude a oportunidade de participar do belo desenvolvimento que o País imprime, que

o País vive. Hoje, para além dos muitos empregos na área de serviço, começa-se a guinar para empregos mais complexos, de maior exigência de formação, de maior exigência técnica, de tecnologia, portanto empregos de maiores salários, empregos de maior desenvolvimento neste Brasil.

Então, o Governo Federal pensa em educação, implementa. Nós aqui, dia sim, dia não, discutimos obras para o País inteiro, e nunca os Municípios tiveram tanto recurso, seja para saneamento básico, seja para moradia popular. Ontem, eu fui ao Centro Vida para avaliar a área para o futuro instituto federal, qualquer um que vá para a Zona Norte, ou para Zona Sul, percebe todo o dia o desenvolvimento de moradias para além dos três salários mínimos, ou de zero a três, que andam mais devagar, pela dificuldade da Prefeitura. Nota-se a incrementação, a implementação de políticas fortíssimas de moradia para a população brasileira. Ora, cuidar das famílias, dar às mulheres a chave da casa não significa apenas dignidade para o povo brasileiro; significa incremento de trabalho, de desenvolvimento, de renda, um outro destino para o nosso País. Investir em saneamento, em tratamento de esgoto significa uma visão de sustentabilidade, significa reconhecer que o nosso planeta não aguenta mais, que o Governo tem responsabilidade sobre ele. São essas, Ver. Mauro, algumas das potentes realizações que fazem com que as débeis oposições procurem buscar outras formas de desgastar um governo, o que é muito sério, quando se trata de corrupção. Muito duro! A Reforma Política, a Tributária, a da Mídia são as grandes reformas que vão nos permitir terminar com essa corrupção endêmica e não apenas com o tratamento posterior. É nesse sentido que trabalha o Partido dos Trabalhadores junto com a população brasileira para um grande plebiscito para fazermos, através de uma constituinte exclusiva, a Reforma Política, que este Brasil merece, para ir ainda mais longe no destino que vem sendo muito diferenciado daquele que viveu em outros tempos, desses que se apegam na sua própria lógica para tentar nos igualar. Não seremos iguais. O povo brasileiro não merece voltar ao passado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, oportunamente, vou pedir a liderança e me manifestar sobre os temas políticos que aqui foram debatidos. No momento, me restrinjo, regimentalmente, aos assuntos que estão colocados em discussão preliminar de Pauta, dos quais vislumbro alguns que merecem uma reflexão da nossa parte, especialmente o que altera o inc. II do *caput* do art. 174 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, incluindo a apreciação de matéria que exija maioria absoluta no rol de casos em que a votação será nominal.

Obviamente, Sr. Presidente, provavelmente, essa disposição obtenha sucesso em função do momento que nós vivemos com muita discussão em torno da renovação de votação que incide sobre projetos dessa ordem. Há mais tempo precisávamos ter enfrentado essa situação. Em verdade, o voto simbólico deve ser, no meu entendimento, uma exceção e não uma regra nesta Casa. Acho que o voto deve ser mais explícito, mais claro, até porque, com frequência, a Casa vota algumas situações, com as quais a maioria não tem compromisso, que vota por solidariedade, por qualquer razão, menos pela consciência de que está votando em algo que está certo. Como sou useiro e vezeiro em não acompanhar essas unanimidades, eu o faço absolutamente consciente da minha responsabilidade, sei que isso implica irresponsabilidade dos demais, que culturalmente se acomodaram nessa tradição da Casa. Há muito que eu ouço isso: “Podemos votar e aprovar, porque o Prefeito vai vetar, e depois a gente acerta no veto”. Temos que acabar com isso. A seriedade com que nós olhamos os projetos que tramitam nas Comissões... E eu quero honrosamente me referir à Comissão de Constituição e Justiça da Casa, que tem sido exemplar no exame dessas matérias, não impedindo inclusive, até por tradição, sempre há um voto discordante que permite que a matéria tramite, mas alerta e alertada fica a Casa com a nossa decisão em contrariedade àquela proposição em face de inconstitucionalidade flagrante que, muitas vezes, se registra.

Quando a Casa aprova matérias como essa, e aprova, na grande maioria, no voto simbólico, Vereador-Presidente, nós estamos colocando a certeza de que teremos vetos pela frente, como é, inclusive, tradicional na Casa, nos finais de ano, que se aprovelem inúmeros projetos, que são vetados pelo Prefeito, o que faz com que fiquemos fevereiro,

março, e, às vezes, até abril, discutindo esses vetos aqui na Casa. Por isso, Sr. Presidente, quero saudar essa proposta da Mesa e solicito ao Vice-Presidente, que no momento conduz os trabalhos, que leve aos seus companheiros a nossa concordância, que é só simbólica, porque, afinal de contas, com uma bancada de um único Vereador, nós não vamos decidir pela Casa. Mas eu quero dar a minha solidariedade, inclusive, sob o ponto de vista ético, moral: é uma medida positiva que a Casa está tomando. Aliás, eu, quando fui Deputado, fui o voto isolado, o único voto contrário a uma proposta que colocou quase todas as matérias de discussão na Assembleia para o voto aberto. Porque eu sempre entendi que o voto secreto é uma garantia de que não haverá pressões externas por parte de quem está votando. Como não tenho esse tipo de problema, vou votar contra ou favor aquilo que entendo que mereça esse meu voto a favor, eu saúdo essa nova orientação que a Casa terá, de colocar em votação nominal todos aqueles projetos que precisem de uma maioria absoluta para serem aprovados pela Casa. Por isso, Sr. Presidente, eu concluo e peço que o senhor me conceda tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: E quero agora, sim, falar livremente sobre outro assunto, até porque, Sr. Presidente, eu verifiquei que hoje, em duas oportunidades, autorizadas as vozes do Partido dos Trabalhadores, se defendem de provocações oriundas do PMDB, e o fazem jogando uma metralhadora contra tudo e contra todos. No início dos trabalhos, o Ver. Kopittke – que não está conosco no momento – se referindo à manifestação do Ver. Nagelstein, dizia que tinha que procurar outras companhias, que tinha se vincular ao Bonsonaro, se referindo ao Presidente do meu Partido de forma pejorativa. Eu jamais faria essa indelicadeza em dizer que ele deveria procurar os anões do orçamento, o pessoal do mensalão. Não, eu respeito a posição das pessoas! E eu quero estabelecer, como uma proposta de pacto, o seguinte: vamos defender as nossas posições aqui sem precisar agredir os nossos eventuais adversários. Eu não sou daqueles que acha que o PT seja repleto de pessoas demoníacas, más e que não tenha gente muito boa dentro do PT. Tem, sim senhor! Eu tenho que reconhecer! E nem eu faria a injustiça de comparar os meus colegas do PT de Porto Alegre com o PT de São Paulo. Sabidamente, é um PT

pág. 53

extremamente complicado, com situações que dificilmente seriam explicadas pelos companheiros do Rio Grande do Sul, a começar pela sua trágica aliança com o Sr. Paulo Salim Maluf, que é, o novo conselheiro, agora, do ex-Presidente Lula e o grande aliado nas eleições de São Paulo.

Então, eu quero deixar muito claro que o Hospital da Restinga, por exemplo, que é uma realização que o Vereador Líder do PT, com propriedade, diz que é uma luta de 12 anos – e que eu digo que é uma luta muito anterior... Eu não quero tirar de modo algum os méritos que o seu Partido, especialmente o Governo Federal, tem quanto a esta matéria. Eu poderia vir aqui, Ver. Brasinha, e dizer tranquilamente o seguinte: o PT, enquanto Governo do Município de Porto Alegre, foi incapaz de produzir uma solução como esta, até por ranço ideológico, porque achava, era predominância no passado, que apoiar um hospital privado, um hospital como o Hospital Moinhos de Vento, seria uma atitude incoerente e contrária aos seus princípios doutrinários e ideológicos. Está aí: o Hospital Moinhos de Vento é fator decisivo, sim, senhor, para que esta realidade possa ser hoje festejada por todos nós, especialmente por aqueles que têm compromisso com a Restinga. Não fora a responsabilidade do Hospital Moinhos de Vento, a forma correta como cumpriu com os seus compromissos, não teríamos esta realidade. Isso nós verificamos em várias situações. Agora, querer defender ataques que vêm do PMDB, que aqui no Rio Grande do Sul não é aliado do PT, mas que lá em Brasília está unha e carne junto com o PT, produz o Vice-Presidente, jogando lama nos outros, querendo por exemplo dizer que no Governo Fernando Henrique Cardoso a educação foi malcuidada... É um absurdo o que se diz! Se deu prioridade para a educação básica. Os índices de queda no analfabetismo que o País hoje registra se dão à prioridade que se deu, naquele momento, em favor do ensino básico, da alfabetização, do primeiro e segundo ciclos, que eram indiscutivelmente, as pedras angulares, em cima das quais poderiam vir, depois, o ProUni e tantas outras modificações.

Por isso, Sr. Presidente, concluindo, quero dizer a V. Exa. que não fujo do bom debate. Sou democrata, apoio a candidatura do PSDB à Presidência da República; entendo que os governos tucanos tiveram grandes acertos e alguns erros muito graves; espero que, uma vez eleito, o Aécio Neves não os repita, mas, de qualquer sorte, é uma alternativa muito válida ao Governo brasileiro, num momento de profundo desgaste do Governo do PT, do Governo do PMDB, do Governo da Dilma, do Temer, cujos resultados são colhidos

pelos institutos de opinião e pesquisa, de forma muito expressiva, a demonstrar o desencanto que a Nação brasileira está com os equívocos que essas administrações têm realizado nos últimos tempos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, está retornando à tramitação o debate que eu espero fazer de maneira mais competente e com mais adesões, Ver. Delegado Cleiton, dos 30 dias de férias para os cooperativados que estiverem trabalhando de maneira terceirizada na Prefeitura de Porto Alegre. E aí estou acrescentando o direito a um repasse referente a um 13º salário. Nós já fizemos aqui nesta Casa – e eu não posso me queixar dos meus colegas Vereadores -, aprovamos os 30 dias de férias, mas isso foi vetado pelo Sr. Prefeito e não conseguimos, aqui, derrubar o Veto. Acho que tarda essa medida, porque não há motivo para tratarmos trabalhadores que atuam para a Prefeitura, que atuam para o serviço público de forma diferenciada dos funcionários que são servidores públicos concursados. O tratamento já é superdiferenciado no salário, já não têm aposentadoria, não têm acesso a outros benefícios da carreira, porque são terceirizados. Ora, senhoras e senhores, não garantir 30 dias de férias me parece que é concordar com uma superexploração dos trabalhadores, voltar à época anterior a Getúlio Vargas, voltar a períodos anteriores aos anos 1950. E, infelizmente, nós convivemos com isso. Convivemos com isso na Prefeitura de Porto Alegre. Todos os funcionários que fazem a limpeza urbana desta Cidade param apenas por 15 dias em um ano extenuante de trabalho, pois é uma área bastante pesada a da limpeza urbana. Não vou falar em cooperativas, pois a cooperativa que os contratam é bastante séria, faz muita inclusão, mas é preciso que os contratos sejam reafirmados, sejam readequados para garantir os direitos dos trabalhadores. E um salário mínimo a mais, um salário a mais no ano, todos nós sabemos a importância dele. Todos nós sabemos o que significa chegar ao fim do ano e ter o IPTU para pagar, ou mesmo, por pior que seja o carrinho, o IPVA, ter taxas de escola, ter matrícula, querer terminar o ano, arrumar uma casa. E me parece que nós, serviço público, não garantir isso aos

trabalhadores, quando, de forma geral, os trabalhadores o têm, não é aceitável. Então inicia a tramitação, está hoje em Pauta. Eu pretendo fazer várias reuniões, com a Secretaria de Trabalho, com as Secretarias de Governo, com a cooperativas que se habilitam a trabalhar na Prefeitura, para que se antecipem ao tema, para que já pensem a sua readequação, para que possamos todos, Ver. Comassetto, nós que somos do Partido dos Trabalhadores, conferir essa mudança na relação com funcionários terceirizados desta Prefeitura. A terceirização tem penalizado os trabalhadores, nós vivemos, no início deste ano, uma situação séria com os guardas e porteiros da área da Saúde, e ali se tratava de empresa terceirizada. Empresa terceirizada, pelo menos, mantém a carteira assinada, então buscam seus diretos através do sindicato e CLT.

Nós temos a Cootrario, que e uma cooperativa na Prefeitura de Porto Alegre trabalhando na educação. E o fato de ela vir a contratar pela CLT, mesmo sendo cooperativa, trouxe dignidade às mais de mil mulheres que trabalham nas nossas escolas. Ainda há problemas. Há problemas de atraso, em determinado momento, do vale-refeição, do transporte, há problemas ainda da postura, infelizmente, porque a cooperativa do trabalho nasceu para que os lucros fossem divididos, para que não houvesse apropriação do resultado da força do trabalho por alguns poucos espertos. Infelizmente, muita distorção houve nesse caminho. E nós não queremos, não é a minha opinião pelo menos, o Ministério Público Federal chegou a achar isso mesmo, que a cooperativa de serviços não poderia trabalhar para o Poder Público. Eu não tenho essa opinião, mas eu acho que para não haver exploração, para não haver mais valia, a superexploração, o lucro de alguns em detrimento de direitos dos trabalhadores, nós devemos regrar. Esta Casa tem o direito e o dever de regrar.

Portanto eu peço apoio aos nobres Pares desde o início da tramitação. Apoio, Ver. Pujol, Ver. Brasinha, para que a gente emplaque, para que em alguns meses nós possamos dizer: garantimos 30 dias de férias para os cooperativados, garantimos 13^o para os cooperativados. Eu acho que isso seria uma grande realização coletiva acima de Partidos em nome da dignidade dos trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, quero tratar hoje do projeto da Mesa Diretora e agradecer aos Ver. Delegado Cleiton e Ver. Alceu Brasinha, que realizaram uma troca. Ver.^a Sofia, quero cumprimentar a Mesa Diretora, que propõe a instituição da Semana da Consciência Negra e de Ação Antirracismo na Câmara Municipal de Porto Alegre, que reorganiza o tema. Ver. Brasinha e Ver. Cleiton, quero falar isso porque vem ao encontro da política nacional que está sendo desenvolvida hoje na política antirracista.

Estamos vivendo num momento da conjuntura mundial onde se acirram as discussões, sejam elas religiosas, sejam elas raciais. Em muitas partes do mundo são promovidas guerras, verdadeiras atrocidades contra a humanidade por disputas de etnias ou disputas raciais. Foi assim na Bósnia, na Sérvia; é assim no Oriente Médio, onde as discussões raciais são fortes; é assim em muitas regiões da África, principalmente no norte. E nós, aqui no Brasil, aqui no Rio Grande do Sul, temos 17% da população gaúcha autodeclarada população negra. Ainda temos uma política toda de reparação a ser feita neste País.

Durante o processo do Presidente Lula foi instituída a Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e, a partir daí, foi desenvolvido um conjunto de políticas no Brasil para reconhecer os territórios quilombolas. Aí, Ver. Brasinha quero aqui fazer um resgate, porque V. Exa. estava comigo, e o Ver. Carrion, em 2005, quando houve uma ação de despejo para tirar o quilombo da Família Silva ali no bairro Três Figueiras, considerado o território mais caro de Porto Alegre. Naquele momento, nós acordamos lá, e vim para a Câmara onde propus um projeto de lei instituindo o primeiro quilombo urbano do Brasil, que nós aprovamos e se tornou realidade. A Câmara, hoje, propõe reorganizar a Semana da Consciência Negra.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Carlos Comassetto, realmente, tu lembraste lá de trás, e eu estava contigo, com o Ver. Raul, hoje Deputado, que trabalhava muito e faz falta aqui nesta Câmara; muito querido, trabalhador e da luta.

Voltando ao passado um pouco, lembramos que tínhamos um problema? Chegávamos a pedir o plenário emprestado na Caixa Econômica Federal para discutirmos sobre

quilombos e várias demandas, pois o diretor daqui, na época, era o Leão de Medeiros, e ele não nos deixava fazer reunião.

O SR. ENGº COMASSETTO: Essa é uma postura, justamente, que a Câmara hoje passa a trazer aqui, de autoria da Mesa, de reestruturar... E aqui está o Ver. Mauro Pinheiro, Vice-Presidente da Mesa, que propõe justamente reorganizar e instituir a Semana de Consciência Negra e de Ação Antirracismo na Câmara Municipal de Porto Alegre, propondo que essa ação seja mais forte, mais efetiva para a Câmara. Há poucos dias o Governo do Estado lançou um comitê estadual da luta antirracial e pelas políticas inclusivas, e aí tivemos um conjunto de políticas inclusivas instituídas. Quem não lembra toda uma movimentação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul contra as cotas raciais? Quem não lembra, há poucos dias, dos pronunciamentos xenófobos do Deputado Luis Carlos Heinze, no Norte do Estado, contra a questão da política do reconhecimento dos quilombos e dos indígenas?

Nós estamos num debate permanente, e Porto Alegre é uma cidade que inclui, e não uma cidade que exclui, e precisamos, inclusive, avançar aqui em Porto Alegre no tema da regularização fundiária, pois temos milhares de pessoas que vivem excluídas no território de Porto Alegre: estão na cidade urbana, mas não são reconhecidas como comunidades legais dentro da Cidade. E isso faz parte do debate, porque aí nessas comunidades a maioria da população é negra.

Um grande abraço, e tem o nosso apoio o projeto da Mesa Diretora.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Ver. Mauro Pinheiro, nosso Vice-Presidente e futuro Presidente desta Casa, pessoa por quem tenho uma grande estima; Vereadores aqui presentes, colegas, funcionários desta Casa; venho aqui também para discutir a Pauta.

Antes disso, gostaria de abrir um parêntese e dizer para a Ver.^a Sofia, que não está mais presente, que no Estado também temos empresas terceirizadas - pelo menos nas delegacias em que trabalhei tinha -, com o mesmo sistema que há aqui no Município. É o

mesmo. Esse projeto da Ver.^a Sofia é de grande importância, e nós queríamos que algum Deputado, de preferência um Deputado do PT – a Ver.^a Sofia conhece vários, fez homenagem aqui, inclusive, muito justa a um Deputado - encaminhasse esse mesmo projeto para o Governo do Estado. O mesmo projeto que está passando aqui no Município, em relação a essas empresas, a essas cooperativas, também existe no Governo do Estado. Fecha parêntese.

Eu gostaria de falar aqui num projeto de autoria da Mesa Diretora, que institui a Semana da Consciência Negra e de Ação Antirracismo da Câmara Municipal de Porto Alegre. No ano passado, eu presidi a Sessão Solene e venho aqui agradecer o respeito que esta gestão, esta Mesa teve com esse projeto; agradecer ao Ver. Mauro Pinheiro, que está presente, agradecer ao Presidente, Ver. Professor Garcia. Não tivemos esse mesmo tratamento no ano passado. E só aconteceu a Semana da Consciência Negra, e muito bem elaborada, devido a um grupo de funcionários desta Casa, devido a uma comissão de funcionários desta Casa que levou o tema adiante, mesmo com a falta de incentivo desta Câmara e da Presidência passada, inclusive descumprindo alguns acordos, entre eles o televisoramento da Sessão Solene.

Aproveitando esse gancho, eu gostaria aqui de falar, com relação a esta Semana da Consciência Negra, nós temos um projeto aqui, que já foi aprovado nesta Câmara, por unanimidade, já foi encaminhado ao Prefeito do Município, já saiu no Diário, sobre o nome do viaduto que passa na Rua Pinheiro Borda; aliás, Viaduto Pinheiro Borda; Estádio José Pinheiro Borda, mais conhecido como Beira-Rio. Uma ilustre figura, um português que ajudou a fundar o nosso Beira-Rio – estádio de um time que hoje se encontra em 4º lugar, se não me engano, no campeonato.

Mas algumas pessoas tendem a não reconhecer o atual nome, direcionado por esta Casa, que é o nome de Abdias Nascimento - muitos, utilizando de forma desrespeitosa; outros, de forma irônica. Eu mesmo recebo algumas cutucadas pela Internet, no sentido de que não conhecem quem foi Abdias Nascimento, que não sabem quem é Abdias Nascimento, mas deveria constar aquele nome no viaduto da Av. Pinheiro Borda. Então, vou dizer a estas pessoas que Pinheiro Borda, ilustre figura pública, já consta como nome na avenida e no estádio como eu já falei. E vou dizer mais a estas pessoa: o viaduto passa por cima e completa esta avenida, assim como todos os viadutos: Obirici, Dom Pedro II, Dom Pedro I, vários viadutos da Borges, que não tem nada a ver com a rua.

Então, quando as pessoas ironizam, as pessoas usam de má-fé, as pessoas usam de racismo quando falam deste projeto, elas não estão atingindo a mim, Ver. Delegado Cleiton, até porque se estivessem atingindo a mim, Ver. Delegado Cleiton, estariam atingindo os outros 35 Vereadores. Então, estão atingindo uma luta humanitária de respeito às lutas do povo negro, principalmente da luta em respeito ao povo negro que significa essa luta - que Abdias empunhou a sua bandeira - em respeito à dignidade dos negros, não apenas no Brasil, no mundo inteiro, mas principalmente no Brasil, um país miscigenado. E muito nós dizemos que não existe racismo. Então, essas pessoas não estão me atingindo de forma alguma; elas estão atingindo a quem lutou, a quem teve uma história muito forte em respeito aos direitos humanos, em respeito ao direito humanitário, ao direito de uma raça que compreende, no mínimo, a metade dos habitantes deste Brasil. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, grande e ilustre amigo, defensor dos pequenos e médios empresários daqui do Rio Grande. Realmente, quando falo isso, eu costumo dizer que isso pode ficar grande, desde que seja do Rio Grande. Ver. Mauro Pinheiro, vejo que é difícil o Ver. João Carlos Nedel não ter um projeto de nome de rua. Eu até criticava ele, mas eu pedi umas orientações para o Vereador, e ele foi muito gentil comigo. Eu comecei a ver que o Vereador faz um trabalho muito importante pela Cidade. Ele está homenageando o senhor Glauco Francisco de Menezes. Ele é um cidadão que realmente merece essa homenagem, e eu quero dizer para o Ver. Nedel que ele pode contar com o meu apoio porque vou votar favoravelmente. Vou aproveitar e falar sobre o meu projeto, o do viaduto, Ver. Delegado Cleiton, ali da 3ª Perimetral, da Av. Plínio Brasil Milano. Esse viaduto deve se chamar Viaduto Marcello Zaffari, Ver. Reginaldo Pujol. Eu fiz esse projeto devido a esse empresário que conquistou os gaúchos, que veio lá de fora e contribuiu em muito com a nossa Cidade. Eu fiz esse projeto porque se começarmos a contar quantas obras na Cidade tem que o Zaffari contribuiu, quantos quilômetros de ciclovia na Ipiranga, na Sertório, em vários locais, o

Zaffari contribuiu. Então eu fiz esse projeto em homenagem ao extraordinário amigo, competente. Eu gostava muito dele, só que ele não me deu emprego quando eu pedi, mas continuo gostando bastante do Marcelo. Quero dizer, Ver. Reginaldo Pujol e Ver. Delegado Cleiton, que, se todo o mundo ficasse meio quieto, não desse bola para o apelido do viaduto lá, não ia pegar, mas podem ter certeza que esse nome ninguém vai tirar mais, ou tirem o “M” lá de cima. Eu peguei esse apelido de Brasinha porque eu ficava bravo. E assim por diante.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, V. Exa. sabe do apreço que eu tenho por V. Exa. e com a figura que V. Exa. está buscando homenagear. Aliás, o Presidente é uma testemunha minha neste particular. Eu acho que, se tem uma área onde o Rio Grande do Sul não aprender nada com ninguém, pelo contrário, tem a ensinar, é nessa área que marcou a atuação do Marcelo, na área dos supermercados, do autoatendimento, que o Rio Grande do Sul, inclusive quando se expande para outros estados, logo ganha reconhecimento, porque nós temos uma forma muito especial de trabalhar nessa área.

Então V. Exa., quando homenageia o Marcelo – o Presidente vai concordar comigo –, homenageia um setor de atividade no qual o Rio Grande do Sul se especializou e, mesmo enfrentando as grandes multinacionais, acaba se sobrepondo pela capacidade com que desenvolve as suas atividades. Meus cumprimentos; V. Exa. não é só coração; é inteligência também.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Como o senhor falou, Vereador, os outros Estados também já conhecem o trabalho do Zaffari. Em São Paulo, o Bourbon Pompéia foi inaugurado há poucos anos, e hoje é uma referência para os paulistas. Eu viajo bastante para São Paulo e me dou com muita gente lá. As pessoas gostam muito do Bourbon; daqui a poucos meses, vai ter mais um Bourbon lá. Então essa é uma homenagem que eu peço aos colegas Vereadores que façamos ao viaduto da Av. Plínio Brasil Milano com a Carlos Gomes, viaduto Marcelo Zaffari. Muito obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Brasinha, eu, como Presidente, não posso me pronunciar mais, mas lhe digo que o senhor tem total razão, a Companhia Zaffari é uma empresa familiar que começou pequena e se tornou uma grande empresa, mas ainda é uma empresa familiar e, com certeza, representa todos nós, os gaúchos, o que é uma honra para nós. Tenho certeza de que o Ver. Brasinha aprovará este projeto e é uma homenagem merecida ao Marcelo Zaffari, a toda a família Zaffari e a todo o supermercadista do Rio Grande do Sul.

E quero lhe dizer, Ver. Brasinha, que eu tive a honra de ser funcionário do Zaffari, o meu primeiro emprego de carteira assinada.

O Sr. Alceu Brasinha: Vereador, só para contribuir, eu trabalhei durante três meses lá e tive comida de graça. Vivi três meses por conta deles.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h57min.)